

Presidente Fernando Collor

A Democracia e o Controle Soberano do Estado

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Sumário

PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL: PROGRAMA ECONÔMICO	7
VISITA AO CONGRESSO NACIONAL: APRESENTAÇÃO DAS PRIMEIRAS MEDIDAS ECONÔMICAS	14
DISCURSO AOS CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS	18
INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA	21
VISITA AO PROJETO CALHA NORTE	24
ENTREVISTA COLETIVA À IMPRENSA NO DIA 27 DE MARÇO DE 1990	27
POSSE DO NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA, ANTÔNIO CABRERA MANO FILHO	40
ENCONTRO COM DONAS-DE-CASA DE MINAS GERAIS	43
LANÇAMENTO DA CAMPANHA CONTRA A POLIOMIELITE	47
CRÉDITO PARA A CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	53
LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA CONSÓRCIOS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	55
CONVÊNIOS PARA A DESCENTRALIZAÇÃO E A MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICOHOSPITALAR	58
APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS-GERAIS RECÉMPROMOVIDOS	61
COMEMORAÇÕES DO DIA DA AVIAÇÃO DE CAÇA	63
1. Mensagem	63
2. Discurso	64
LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA O CRÉDITO RURA	66
LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — BNDES PARA A INDÚSTRIA	69
AUDIÊNCIA COM PASTORES E PARLAMENTARES BATISTAS	73
COOPERAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL, NA ÁREA DE SAÚDE, COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	76

Primeira Reunião Ministerial: Programa Econômico

O momento é grave. O Brasil exige que nos mobilizemos, todos, na luta pela superação da crise.

A situação requer determinação patriótica, trabalho abnegado e incansável, e um claro sentido de urgência. Não há mais um momento sequer a perder. Não temos, nós os homens públicos, o direito de desperdiçar um tempo que não nos pertence. Ninguém do povo nos delegou a capacidade de escolher o momento para o início da busca de soluções.

A sociedade quer ações concretas. Agora. Já.

Submeto hoje ao Legislativo as primeiras medidas que estamos adotando, com vistas à execução do projeto de reconstrução nacional apresentado ontem à Nação.

O povo nos elegeu, aos membros do Congresso e a mim, para desempenharmos missões distintas em sua própria natureza. Mas elegeu-nos, acima de tudo, para que façamos, juntos, em estreita colaboração, o que o Brasil espera de nós.

Ao longo dos últimos meses, levei pessoalmente a todos os recantos do Brasil a minha mensagem e o meu programa. A resposta foi clara. A nítida maioria disse sim.

São os desdobramentos iniciais desse mesmo programa que estamos definindo nesta hora difícil, extremamente difícil da vida nacional.

«Precisamos de uma reforma moral na área econômica.»

Meu programa econômico parte do princípio de que antes de tudo precisamos de uma reforma moral na área econômica. Governos conviviam serenamente com a sonegação e a corrupção. Empresários parasitas e burocratas relapsos, ainda que minoria, davam o tom em gestões anteriores.

Tudo isso vai acabar já.

Por isso determinei hoje, as seguintes medidas de saneamento moral:

1. Abuso econômico passa a dar até cinco anos de cadeia neste País. Esconder mercadorias, exagerar nos preços e iludir o consumidor levarão para atrás das grades o gerente, o diretor e o dono da empresa.
2. O funcionário público que participar de atos lesivos ao fisco será demitido e será preso.
3. Extinção de todas as mordomias, pagamentos disfarçados de salários etc.
4. O anonimato da riqueza escusa, conseguida com sonegação, está extinto. Acabaram os títulos ao portador e o sigilo protetor até de criminosos.
5. As grandes fortunas passarão a pagar sua contribuição para sanear o País.
6. Os ganhos de capital obtidos nas bolsas de valores passam a ser tributados, encerrando assim, uma odiosa discriminação: o assalariado pagava Imposto de Renda sobre o seu salário de fome e o patrão obtinha seus ganhos especulativos sem recolher um centavo aos cofres da União.

Estas medidas já estão tomadas. Estou, portanto, cumprindo, no primeiro dia do meu mandato, meu compromisso de não pactuar com a injustiça desde o começo.

Sobre esta base de decência, determinei que o déficit público, neste ano, seja zero. Não há como derrubar a inflação se o Governo gastar mais do que arrecada. Portanto, adotamos as seguintes medidas:

1. Execução de uma profunda reforma administrativa envolvendo afastamento de maus funcionários, fechamento de ministérios, autarquias e empresas públicas.

2. Suspensão de todos os subsídios, incluídos os dos exportadores e da informática.
3. Incorporação da renda agrícola à base de tributação da União, para fortalecer o sistema de financiamento do setor agropecuário.
4. Redução drástica na perda de receita tributária, pela indexação quase que instantânea dos impostos devidos à União e atualização de alíquotas do IPI.
5. Reajuste de preços públicos defasados.

O terceiro bloco de medidas que estamos implantando busca modernizar nossa economia, a exemplo do que vem ocorrendo no resto do mundo. O reconhecimento de que a livre iniciativa é a única via para um crescimento sustentado e progressista. Estimular a concorrência é, a médio prazo, a tarefa mais nobre de um governo que busca uma economia atualizada e dinâmica. Nesta direção, estamos determinando:

1. A flutuação cambial sob controle do Governo.
2. Redução das barreiras à importação e estímulo à participação de capital estrangeiro no desenvolvimento nacional.
3. Demarragem de um ambicioso programa de desestatização.
4. Privatização de débitos para com a União, através de leilões de indivíduos interessados em receber dívidas atrasadas do Governo Federal.
5. Criação de certificados de privatização, instrumento de viabilização rápida do processo de desestatização que serão adquiridos compulsoriamente por instituições financeiras, fundos de pensão, companhias seguradoras etc.

« Prioridade: acabar com a inflação. »

Senhores Ministros, Senhores Senadores, Senhores Deputados, Senhores Secretários,

A violência da inflação e a quase destruição do sistema de preços já ameaçavam o funcionamento da economia, impondo pesadas perdas ao povo brasileiro. Numa circunstância como essa, o Governo não pode se omitir. Por maior que seja a resistência à idéia de impor controles à economia, tornou-se indispensável a fixação de parâmetros regidos para preços e salários. Buscamos, como resultado deste processo, evitar a perda do poder de compra dos salários diante da escalada dos preços. Desta forma, os salários de março estão corrigidos com base na inflação de fevereiro e os preços deverão retroagir e manter-se aos níveis praticados a 12 de março.

Esta paralisação abrupta da espiral preços/salários deverá manter-se o tempo necessário para a normalização da economia com os ajustamentos que se tornarem indispensáveis. A flexibilização definitiva deverá ocorrer a partir de 15 de abril, quando ingressarmos numa política de prefixação de preços e salários.

Nesta nova etapa, a orientação geral será a de promover uma segura valorização salarial frente aos preços. Temos a convicção de que num período mais breve do que se imagina, conseguiremos superar também esta etapa, chegando a uma verdadeira liberalização nesta área a níveis realmente baixos da inflação.

Para sustentar de forma duradoura a estabilidade de preços, impõe-se uma reforma monetária austera, capaz de devolver ao Estado o controle sobre a moeda. O controle da moeda e a garantia de sua estabilidade são dimensões essenciais da soberania do Estado e condições básicas de desenvolvimento da vida civilizada.

Uma verdadeira reforma monetária não deve se traduzir apenas na mudança de denominação do padrão de referência de preços e contratos, mas deve atingir profundamente as formas de acesso à liquidez e os processos de criação do poder de compra. Para isso, é necessário eliminar, de um só golpe, as práticas que provocam a

desmoralização do padrão monetário e os métodos de enriquecimento que se nutrem da desvalorização do dinheiro.

Não eram outras as práticas, nem outros os métodos que prevaleceram no Brasil nos últimos anos.

As medidas são de grande profundidade. Mas na sua dureza elas buscam, sobretudo, preservar os direitos adquiridos pelos cidadãos.

Ao mesmo tempo, tomamos a iniciativa de promover um reordenamento do exercício desses direitos, através de um processo de conversão de cruzados novos para cruzeiros.

Tivemos a precaução de não atingir, de forma alguma, o poder liberatório dos ativos monetários de 90% da população brasileira. Para os 10% mais ricos estabelecemos regras que preservam o valor real dos ativos, mas diferindo no tempo o seu acesso à liquidez sem, contudo, inviabilizar o funcionamento da economia.

Além disso, procuramos através de medidas fiscais aplicadas sobre o estoque de ativos financeiros, acentuar o caráter redistributivo do programa de estabilização.

Enfim, as medidas econômicas que ora adotamos são profundas, corajosas e indispensáveis. Correspondem a uma idéia geral de que nossa sociedade necessita de menos Estado, porém, mais Governo.

No ritmo normal do desenvolvimento da economia, assistiremos a um aumento da participação dos salários no produto, em detrimento das margens de lucro.

No futuro imediato as conseqüências serão o enfraquecimento dos especuladores e o fortalecimento do poder de investimento do Governo.

«É preciso reencontrar a capacidade de agir.»

Senhores Ministros, Senhores Secretários, Senhores Líderes do Congresso Nacional.

O Brasil está cansado da indignação retórica que durante anos alimentou o mar de complacência em que esteve mergulhada boa parte de nossas elites dirigentes.

O povo exige indignação moral que se transforme rapidamente, como é da índole dos sinceramente indignados, em decisões e atos.

Decidir é agir. Eis o que a Nação reclama de nós.

Com a culminação do processo de institucionalização da democracia, recuperou-se a legitimidade das decisões. Recebemos do povo, o Senador Itamar Franco e eu, a responsabilidade, os poderes e o dever de tomar graves decisões em seu nome.

Agora é preciso reencontrar a capacidade de agir. Sem isso as nossas decisões deixarão de produzir os efeitos desejados. É preciso sair do paradoxo imobilista em que estamos atolados. O estado de crise impede que se adotem medidas eficazes, e a falta dessas medidas perpetua a crise. Essa é a lógica do comodismo, da covardia. A lógica que, infelizmente, está associada à imagem do setor público no Brasil.

Não é outro o motivo pelo qual muitas das medidas que submeto ao Legislativo e à Nação visam a recuperação moral e funcional do aparelho do Estado. De nada adianta estarmos afinados com a vontade popular se os instrumentos de que dispomos não se coadunam nem com os sentimentos da coletividade nem com as imposições do momento. De pouco serve a confiança do paciente na competência do médico, se esse não dispuser do equipamento indispensável ao tratamento.

O Brasil sabe perfeitamente como está. A máquina governamental exige reformas dramáticas. Esta foi a ênfase maior de nossa campanha. As distorções que se

foram acumulando no setor público não apenas lhe retiraram grande parte da utilidade mas, também passaram a irradiar exemplos e conseqüências altamente nocivas à vida econômica do País. A mais evidente delas é a inflação.

Por esse motivo, a reforma do Estado é aspecto fundamental da luta contra a explosão descontrolada dos preços. O Governo vai liderar, a partir de agora, um enorme esforço para retirar o Estado de onde jamais deveria ter entrado, ou de onde não precisa estar, para pô-lo em ação onde nunca esteve, ou onde sua presença jamais se achou à altura das necessidades mais elementares da população.

Essa não é uma opção ideológica. É uma imposição da realidade e uma decisão majoritária do povo brasileiro.

Com a culminação do processo da transição democrática, a sociedade recuperou o controle soberano do Estado. Isso precisa ser entendido e profundamente assimilado de uma vez por todas. Se é que algum dia o foi, hoje o Estado, certamente, não é mais o motor de nossa história. Não é nem motor nem tábua de salvação. Na democracia, quem salva a nação não é o governo, é a sociedade. Ao Governo, instrumento sujeito ao império da vontade popular e das leis que emanam dessa vontade, cabe apreender o sentido dos anseios da coletividade. Sintetizá-los e fazer deles indicações de caminhos a serem seguidos, liderar e orientar os passos da Nação no rumo por ela escolhido. Manter e, quando necessário, restabelecer a autoridade do Estado, uma autoridade que deriva do respeito à própria Nação. Velar pela manutenção da moralidade pública. Resguardar a capacidade da nação de confiar em si mesma e de inspirar confiança às outras nações com as quais compartilhamos a vida na Terra.

Não é pouco, senhores, mas é o que vamos fazer. Não temos alternativas. O Brasil não aceita mais derrotas. Agora é vencer ou vencer. Que Deus nos ajude. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, na reunião ministerial realizada no Palácio do
Planalto, no dia 16 de março de 1990.*

Visita ao Congresso Nacional: Apresentação das Primeiras Medidas Econômicas

Os momentos ontem vividos pelo Congresso Nacional e, particularmente por mim, refletem o absoluto clima de normalidade democrática que hoje estamos vivendo.

O Brasil deu uma demonstração inequívoca do seu amadurecimento político, fortalecendo as suas instituições, dentre as quais se destaca pelo seu valor, pelo seu combativo desempenho, o Congresso Nacional.

O instante ontem vivido por toda esta Nação me dá a real dimensão desse momento histórico de que todos nós compartilhamos.

Hoje, como cabe ao Governo eleito, adotamos as medidas prometidas no decorrer da campanha eleitoral, transformando, desta forma, em prática a nossa predica. São medidas importantes, medidas abrangentes, medidas vigorosas, duras até, mas indispensáveis e imprescindíveis para que nós possamos, de uma vez por todas, retirar o Brasil dessa crise que se torna quase permanente, dado o seu tempo. Essa crise que vem ameaçando a nossa estabilidade e fazendo com que o sofrimento da população mais necessitada, que constitui a imensa maioria do nosso povo, continue a existir.

As medidas foram adotadas dentro daquilo que nós pregamos e levamos à apreciação da sociedade brasileira. Em duas oportunidades a sociedade brasileira pôde dar a sua aprovação ou a sua desaprovação: quando do primeiro turno das eleições, onde, por generosidade desta mesma população, me consagrei em primeiro lugar na disputa, e especialmente no segundo turno das eleições.

O Congresso Nacional, mais do que nenhum outro Poder, reflete as expectativas. Esta Casa representa o pulsar do sentimento deste País, e por isso eu ousou acreditar, para não dizer mesmo, tenho certeza desta convicção, Senhor Presidente Nelson Carneiro, Senhor Presidente Paes de Andrade, Senhores Líderes, que o Congresso Nacional não nos faltará com a sua cooperação e com a sua solidariedade num momento tão difícil para todos nós.

«Afastar dos nossos lares o fantasma da inflação.»

Como em outras oportunidades tive ocasião de sublinhar, o nosso compromisso é com a democracia. Sim, o nosso compromisso inalienável é com a democracia. E democracia pressupõe Poderes fortes, Poderes independentes, mas harmônicos entre si.

No momento em que a situação econômica do País coloca em risco a própria estabilidade democrática, esta Casa, como depositária das esperanças nacionais e baluarte na defesa das instituições democráticas, eu não tenho nenhuma dúvida, haverá de colaborar conosco neste projeto para que possamos, de uma vez por todas e definitivamente, afastar dos nossos lares, do nosso cotidiano, esse fantasma da inflação, este fantasma do excesso de gastos do Governo, esse fantasma do desajuste econômico.

A minha presença hoje aqui, Senhor Presidente Nelson Carneiro, com todos os Ministros, a minha presença aqui, Senhor Presidente Paes de Andrade, Senhores Líderes, Senhores Senadores e Senhores Deputados, na companhia de todos os meus Ministros de Estado e dos Senhores Secretários, representa apenas uma única coisa: esse gesto. E com esse gesto eu quero simbolizar o meu respeito, o meu apreço por este Poder ao qual eu já servi no passado e ao qual eu soube elevar no mais alto grau da minha consideração, porque eu conheço, e bem, grande parte daqueles que hoje compõem essas duas Casas Legislativas. E sei muito bem que o ânimo de todos é de

realmente se postar numa linha de frente nesta luta e nesta batalha que hoje iniciamos com a edição destas medidas, que serão submetidas à alta apreciação dos senhores para que nós possamos afugentar esse fantasma de dias difíceis para nós — fantasma que não será afugentado caso não adotemos, de imediato, essas mesmas medidas e tomemos essas mesmas decisões.

Eu desejo, nesse gesto, repito, manifestar o meu respeito por esta Casa, e a minha presença aqui, Senhor Presidente Nelson Carneiro e Senhor Presidente Paes de Andrade, juntamente com todos os nossos companheiros, é a demonstração inequívoca e eloqüente disso.

Gostaria de passar às mãos do Senhor Presidente do Congresso Nacional as medidas que hoje pela manhã nós assinamos, esperando, Senhor Presidente, Senhores Congressistas, que com base numa discussão rica, com base na apreciação de todas essas medidas nós possamos, finalmente, poder legar à Nação brasileira o nosso dever de responsabilidade cumprida, a nossa consciência tranqüila de que fizemos, em conjunto, aquilo que tínhamos que fazer nesta hora tão grave da vida nacional.

Confio no Senhor Presidente Nelson Carneiro, confio no Senhor Presidente Paes de Andrade, Senhores Líderes, Senhores Deputados e Senhores Senadores, eu confio plenamente que nós estaremos solidários, neste momento para que possamos oferecer à imensa população deste País dias melhores, que é o que todos nós desejamos.

Muito obrigado a todos os senhores.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, quando de sua visita ao Congresso
Nacional, para entrega das primeiras
medidas econômicas, no dia 16 de março de 1990.*

Discurso aos Chefes de Missões Diplomáticas

O Brasil viveu, ontem, um dia histórico. Depois de longo regime de exceção, assumiu a Presidência da República um brasileiro escolhido livremente pela maioria dos seus compatriotas, para dirigir, por cinco anos, os destinos do País. Completou-se a obra da transição política.

Chegamos finalmente à democracia, agora sem adjetivos ou qualificações.

Somos um povo livre.

Agradeço a Vossas Excelências, aos povos, governos e organizações que representam, a decisão de virem compartilhar conosco este momento de esperança, confirmando laços fortes de amizade e ratificando a comum disposição de mantê-los e estreitá-los.

Hoje, 16 de março, começa o trabalho da construção de um Brasil. Levamos mais de uma década para cortar as amarras do autoritarismo e não poderemos levar mais do que alguns meses para tirar o Brasil da crise econômica, do caos da inflação e da estagnação. Não poderemos tardar um dia sequer para devolver aos brasileiros o sentimento de esperança, a confiança em que a justiça social e a superação de nossas absurdas desigualdades serão alcançadas e logo.

Mas, creiam Vossas Excelências, o Brasil vai começar a mudar imediatamente. O País vai mudar porque nossa sociedade quer mudá-lo. E eu aqui estou para cumprir o honroso e difícil papel que me cabe na concretização desse justo e urgente anseio coletivo.

Serei líder obstinado e trabalhador infatigável pelas transformações. Serei o primeiro democrata e o mais entusiasmado promotor do diálogo político e do entendimento. E meu comportamento, bem como o de meus companheiros de governo, há de ser modelo de virtude cívica e de patriotismo.

«O Brasil está determinado a ser, e vai ser, um País desenvolvido.»

Algumas horas em Brasília terão sido suficientes para que também Vossas Excelências se tenham impregnado desse desejo de mudança. Nenhuma pessoa sensível, nenhum homem público, pode ficar alheio ao drama da pobreza, das desigualdades sociais, do subdesenvolvimento.

Algumas horas terão bastado a Vossas Excelências para compreenderem por que o Brasil está determinado a ser, e vai ser, um país desenvolvido, por que desejamos que todos os países alcancem tal condição.

Vossas Excelências representam os povos com os quais nós, além de meu reconhecimento pelo gesto de presença, a mensagem de uma nação convencida de que não se pode falar em progresso da humanidade se não se puder falar em igualdade de condições para todos os homens, de um país disposto sempre, e cada vez mais, a ajudar na construção de uma ordem internacional justa.

Senhoras e Senhores,

Em nome de um povo reencontrado com a democracia, de uma nação que não tem inimigos e não cultiva animosidades, de um país para o qual a política externa, instrumento prioritário da reconstrução nacional, tem o propósito maior do diálogo e da cooperação, peço que ergam comigo suas taças pela paz universal entre os homens, pela

prosperidade das nações que tão dignamente represento e pelo acesso do Brasil, da América Latina e do mundo em desenvolvimento aos benefícios propiciados pelo rumo favorável que tomaram, nos últimos tempos, as relações internacionais.

Pela paz e pelo progresso das nações.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, no almoço oferecido aos chefes de
missões diplomáticas no Palácio do Itamaraty, no dia 16
de março de 1990.*

Integração Brasil-Argentina

Este é o momento de reafirmar a vontade brasileira de cumprir os altos propósitos da integração entre Brasil e Argentina.

A integração se tece hoje com gestos concretos, com medidas firmes e inabaláveis para a aproximação entre nossos países.

O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina é peça fundamental do processo. Daremos hoje mais um passo decisivo em sua implementação ao definir, como prescreve o seu artigo 6º, a composição da Comissão Executiva. Será coordenada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e integrada por outros membros do Ministério, o que testemunha o empenho político de chegarmos a bom termo em nossos propósitos integracionistas.

Assinamos hoje, também, dois atos que realizam claramente os objetivos de efetiva integração bilateral: a Declaração sobre a Ponte Santo Tomé-São Borja, que será mais um vínculo entre os nossos países, e a Diretriz de Prioridade para a execução do projeto de aquisição de gás argentino e construção do gasoduto, elemento fundamental para a reconstrução industrial do Nordeste argentino e do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente Menem,

Tivemos hoje nossa segunda reunião de trabalho. Tal como na primeira, realizada em Buenos Aires, em janeiro último» pudemos verificar inúmeros pontos de convergência entre os anseios de nossos povos.

«Brasil e Argentina estão juntos para transformar em realidade seus ideais de justiça e desenvolvimento.»

Apesar dos problemas econômicos enfrentados por nossos países, vejo, com satisfação, o continuado êxito da experiência pioneira da integração bilateral: juntos, Brasil e Argentina formam um mercado de quase 180 milhões de habitantes, com um Produto Interno Bruto conjunto de 400 bilhões de dólares. O comércio em ambos os sentidos aproxima-se dos 2 bilhões de dólares, havendo propiciado, em 1989, um notável saldo favorável à Argentina.

Brasil e Argentina estão juntos para transformar em realidade seus ideais de justiça e desenvolvimento. Vamos realizar o sonho que alentou estadistas eminentes do porte de Roque Saenz Peña e Júlio Argentino Roca, um objetivo que remonta às origens do Brasil e da Argentina como nações livres.

O fato de, logo no dia seguinte à minha posse como Presidente da República, estar assinando, junto com Vossa Excelência, esses importantes atos é, por si só, significativo. Estou certo de que, no decorrer de nossos mandatos, muito faremos em prol da amizade que une indissolivelmente o Brasil à Argentina.

Esta cerimônia há de representar ainda, nossa inabalável vontade de fortalecer a democracia e de estender os frutos de nossa cooperação econômica a todos os nossos vizinhos do Cone Sul e da América Latina.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, na cerimônia de composição da
Comissão Executiva do Tratado de Integração,
Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, em
Brasília, DF, no dia 16 de março de 1990.*

Visita ao Projeto Calha Norte

No último dia 25 de maio começava por esta terra sagrada a caminhada que nos conduziu, pelo voto majoritário do povo brasileiro, à Presidência da República Federativa do Brasil.

Foram longos meses de campanha, foi uma campanha em que nós, a maioria, a maioria dos pés descalços, dos descamisados, daqueles que sofrem, daqueles que estavam com um grito trancado na garganta... Foi uma caminhada em que essa população de Norte a Sul, de Leste a Oeste, ouvindo a nossa mensagem, houve por bem conduzir à Presidência da República alguém que, em primeiro lugar, não tem medo de assombração nem de cara feia; alguém que acredita e tem uma fé extraordinária neste que está lá em cima que é Nosso Senhor Jesus Cristo, que é Deus; alguém que caberá cumprir, ponto por ponto, o seu programa de governo.

«Compromissos com a Amazônia.»

Em relação ao Estado de Roraima e à Amazônia como um todo, nós temos compromissos muito sérios. Aqui se desenvolvem no presente momento questões que estão chamando a atenção não somente do povo brasileiro, mas também de todo o povo do planeta. Nós haveremos, sim, de fazer com que o desenvolvimento econômico esteja conciliado, esteja associado à preservação do meio ambiente, porque essa junção é possível sem nenhum problema maior. Nós haveremos de defender, sem dúvida, os interesses dos brasileiros que estão hoje trabalhando nos garimpes e precisando, naturalmente, de um melhor ordenamento para a sua atividade. Há lugar para todo o mundo, há que se respeitar, sem dúvida nenhuma, os nossos irmãos indígenas, mas há que se respeitar também os brasileiros que retiram da terra o pão e a comida para matar a sua fome.

Numa prova desses meus compromissos estarei hoje visitando uma aldeia yanomami para que eles possam também saber da nossa preocupação. Afinal, minha gente, somos todos brasileiros, todos vivemos nesse imenso território que nos foi dado por Deus, e com um pouco de inteligência, com um pouco, sobretudo, de boa vontade para ver essa intenção concretizada, nós haveremos de encontrar soluções pacíficas, sem conflitos, para resolver os problemas brasileiros.

Quero agradecer aos companheiros que, aqui em Roraima, levantaram e desfraldaram a bandeira de Fernando Collor desde o seu início. Agradecer àqueles amigos que estão aqui nesse palanque ao lado da minha mulher e dos meus filhos, porque a vocês, sem dúvida nenhuma, está creditada a condução dessa vitória, que vocês, que aqui vieram, me concederam no último dia 15.

Minha gente amiga de Roraima, eu quero nessa visita, a primeira visita que faço depois de presidente empossado... Vejam bem, o primeiro Estado que visito, depois de ter recebido a faixa presidencial, é precisamente Roraima, é precisamente a Amazônia.

Isso demonstra a minha gratidão, o meu reconhecimento a todos vocês, porque foi na região Norte que nós alcançamos o maior percentual de votos dado a qualquer candidato.

Não me esquecerei de vocês, não me esquecerei dessa gente amiga que se posta diante de mim, neste sol da manhã de um sábado glorioso, que nos foi dado por Deus. 25 Não me esquecerei dos compromissos, ao longo dos próximos cinco anos de Governo, de voltar aqui para lhes estender a mão, para lhes dar o meu abraço, para

enlaçar as nossas almas, e para, sobretudo, construirmos um Brasil novo que todos nós desejamos. Obrigado minha gente, até outro dia.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, quando da visita ao Projeto Calha
Norte, em Boa Vista, Roraima, no dia 25 de março de
1990.*

Entrevista Coletiva à Imprensa no dia 27 de março de 1990

Valéria Brito (Jornal Zero Hora): Senhor Presidente, a conta do plano até aqui tem sido paga em sua maior parte pela sociedade. O Governo pretende aumentar a participação do Estado na divisão dessa conta?

Presidente: Acho que o Estado deu uma demonstração muito clara de que está oferecendo uma participação como nunca ofereceu em qualquer plano de ajuste econômico realizado no País. O processo de emagrecimento do Estado, retirando gorduras desnecessárias ao seu funcionamento, é uma medida determinante do sucesso do nosso programa econômico. Acho que isso está mais do que claro. Fundamentalmente, o que verificamos ao lado disso — ou seja, dessa posição do Estado de encarar firmemente a parte que lhe cabe nesse processo — é a participação da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, segundo todas as pesquisas que vêm sendo realizadas, demonstra uma extraordinária confiança no sucesso do programa.

A sociedade demonstra que está preparada para que possamos, finalmente, retirar o País da crise em que se encontra. Se esse preço, como supõe a pergunta, estivesse sendo amargo para a sociedade, talvez os índices de aprovação do programa não fossem tão elevados. Esses índices, ao contrário, demonstram o acerto da iniciativa que tomamos com base no que ouvimos por parte da população brasileira no decorrer de uma longa campanha eleitoral. Finalmente chegamos a um projeto econômico que visa, sobretudo, a queda brutal da inflação, ou seja, viver sem inflação, o que significa a valorização real do salário e uma distribuição efetiva de renda. Em síntese, significa justiça social e crescimento econômico.

Luiz Roberto Marinho (Jornal do Commercio, do Recife): Presidente, o senhor mandou retirar ontem as Medidas Provisórias 156 e 153. Eu gostaria de fazer duas perguntas sobre isso. Primeiro, houve recuo do Governo? Segundo, o que diz das acusações de líderes opositores de que o senhor tem sido autoritário na execução do plano de ajustamento?

Presidente: Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não houve nenhum recuo, porque, consultando o dicionário do Mestre Aurélio, recuar significa andar para trás. Nós queremos andar *pari passu* com a nova Constituição, uma conquista democrática do povo brasileiro. No momento em que a comunidade jurídica se dividiu no que diz respeito às medidas provisórias citadas, numa homenagem à comunidade jurídica e, sobretudo, no respeito mais absoluto aos termos constitucionais, eu achei por bem retirar essas duas medidas provisórias e substituí-las por outras, nas quais não está incluído um só artigo que cause dúvidas quanto à sua constitucionalidade. De modo que essa minha afirmação e esse meu gesto efetivo já respondem à segunda pergunta sobre a forma como vem sendo conduzido o processo. Nós temos um compromisso com a democracia.

Nós todos temos um compromisso com o sistema democrático, com as nossas instituições, e estamos agindo de maneira natural, ouvindo o Congresso Nacional, ouvindo a sociedade brasileira e respeitando integralmente a nossa Constituição.

Patrícia Marins (TV Bandeirantes): O que o Governo pretende fazer para que as empresas, que empregam milhões de trabalhadores, possam pagar os salários do mês de março? Muitas empresas estão buscando empréstimos junto aos bancos, pagando juros que chegam até a 50%. Diante desse fato, o Governo pretende fixar um limite para os juros? E mais, existe o risco de muita gente ficar sem receber os salários do mês de março?

Presidente: As medidas foram adotadas e os esclarecimentos foram dados. Até 500 mil cruzados, pode-se sacar livremente — 500 mil cruzados de folha. De 500 até três milhões, correção monetária mais 7%. Acima de três milhões de cruzados, os juros de mercado. Isso é o que ficou estabelecido. São essas as instruções que o Banco Central já encaminhou a toda a rede bancária do País e que vêm sendo, a partir desta semana, cumpridas com mais facilidade devido à adaptação do sistema bancário às novas normas vigentes para a economia brasileira.

Agora mesmo saio de um encontro com a Ministra da Economia. Ela me dava conta de que desde ontem já começam a fluir, de uma maneira mais fácil, de uma maneira mais líquida, os recursos para a atividade econômica. É bom que se lembre que hoje estamos no sétimo ou oitavo dia útil de aplicação do plano. E o plano, minha gente, modificou, alterou, literalmente, todas as normas até então vigentes na economia do nosso País.

Problemas, dificuldades ocorreram nos primeiros dias, mas essas dificuldades estão sendo removidas. E o que nós estamos assistindo é que, normalmente, as coisas estão caminhando, o rio caminha de volta ao seu leito, e a economia vem sendo irrigada. Essa poderosa massa salarial que vai ingressar no mercado nos próximos dias, com o pagamento do salário, vai fazer com que o consumo seja reativado, dentro, naturalmente, de certos limites. Esse é um ponto que eu gostaria, realmente, de realçar.

Fiz um apelo, há alguns dias atrás, para que todos não consumissem muito: que valorizassem o seu salário, que pechinchassem, que fizessem muita pechincha, que regateassem no preço e que poupassem. Eu quero agradecer a toda sociedade brasileira, porque mais uma vez esse meu apelo foi ouvido. O índice de depósitos em caderneta de poupança tem crescido acima das nossas expectativas, o que demonstra que as pessoas que estão recebendo os seus salários, recebendo a sua quinzena, estão, novamente, voltando a confiar, como sempre devem confiar, no depósito em caderneta de poupança. Com isso, as pessoas estão evitando o consumo, que poderia aquecer a demanda, que poderia de alguma maneira fazer com que a procura fosse muito grande, o que se refletiria nos índices inflacionários. Fica aqui, mais uma vez, o meu agradecimento a vocês, pela confiança que estão demonstrando no sucesso do nosso programa econômico.

Otto Sarkis (TV Record): O senhor foi comparado, no último sábado, pelo maior jornal do País, a dois ditadores: Hitler e Mussolini. Também a Ceausescu. Por mais que a gente releve o calor dos acontecimentos e algum exagero que possa ter acontecido, o jornal buscou signos característicos: gestos, colocações, o uso da farda que o senhor colocou no sábado... Minha pergunta vai um pouco além disso, porque é uma questão que teoricamente pode preocupar e o jornal cita isso, que é a sua relação direta com as massas em detrimento de uma relação político-partidária. O senhor foi eleito por um

pequeno partido e se sustenta hoje na base do Centrão, que é o partido que deu os cinco anos para o Sarney. Como é que o senhor vai executar esse plano de sustentação partidária? O senhor pretende formar um partido antes das eleições de outubro? O senhor vai formar um partido depois, vinculado à sua figura carismática? Como é essa relação do senhor com a sociedade do ponto de vista político? Como é que vai ser de agora para frente?

Presidente: Em primeiro lugar, temos que notar, com muita precisão, o meu relacionamento, muito íntimo, com as massas. Ele realmente existe e é claro. Isso é indiscutível e disso muito me orgulho. Não foi somente nessa eleição para Presidente da República, mas na eleição para Deputado Federal, para Governador de Estado, que isso ficou muito claro. Eu tenho uma relação muito forte e muito profunda com a imensa maioria da população brasileira, que é exatamente a imensa maioria da população que passa fome, que quer justiça, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem emprego, que não tem trabalho, que não tem salários dignos. Eu sou depositário da confiança dessa imensa maioria, e foi com essa imensa maioria que ganhamos duas eleições, no primeiro e no segundo turno.

Portanto, os meus compromissos são todos voltados para o atendimento das necessidades básicas dessa população. Isso não significa dizer que em nenhum instante eu desprestigue o sistema partidário nem a classe política a qual pertenço. Se eu quisesse desprestigiar o sistema partidário, já teria tentado pelo menos fazer com que o partido ao qual estou filiado e ao qual pertenço, que é o PRN, tivesse um número muito maior de parlamentares do que tem.

E todos sabem que, em nenhum instante, eu forcei a mão para que o nosso partido crescesse, pelo simples fato de nós termos ganho a eleição para Presidente da República. Não pretendo fazer nem estabelecer nenhum partido hegemônico neste País. Eu acho que partido hegemônico é um desserviço que se presta à democracia. Acho que, a partir do início desse novo Governo, a partir das eleições que serão realizadas no próximo dia 3 de outubro, o que nós deveremos e haveremos de fazer é consolidar um sistema partidário sem nenhuma interferência do Executivo. Devemos deixar que os partidos nasçam dentro de um espírito doutrinário, o que é fundamental. E não, em nenhum momento, estimular a criação de um partido que se torne hegemônico dentro das Casas do Congresso. Acho que a melhor maneira que temos de governar é com todos os partidos, é governar com a maioria, governar ouvindo as diversas tendências expressas pelas agremiações políticas no Congresso Nacional.

Um outro compromisso que também temos é o de recuperar a confiança que a sociedade deve ter na classe política. A partir dessas eleições de 3 de outubro, a partir das eleições diretas havidas para Presidente da República, no final do ano passado, nós haveremos de demonstrar — e naturalmente com exemplos, sobretudo, dados pela classe política — que cabe aos políticos serem os condutores naturais do processo democrático, das expectativas da população junto aos centros de poder. Tudo isso dentro daquele compromisso ainda maior que todos nós temos com a democracia.

A democracia precisa e haverá de ser preservada, haverá de ser cuidada por cada um de nós — não somente pelo Presidente da República, responsável pela condução da política do País, mas com a atenção do Legislativo. Temos que dar essa satisfação à sociedade brasileira.

Nely Caixeta (Revista Exame): O senhor tem reiterado várias vezes que o Brasil não entrará em recessão por conta das medidas do programa de estabilização. Que razões concretas, objetivas, o senhor tem para chegar a essa conclusão, se a maior parte dos

recursos das empresas e das pessoas está bloqueada no Banco Central? Seria lícito supor e cogitar que parte desses recursos voltaria à sociedade para novos investimentos? Em vez de ameaçar o empresariado brasileiro com a ação policial, não seria talvez mais conveniente fazer com que ele demonstrasse a confiança no programa econômico, voltando a investir?

Presidente: A demonstração de confiança depende somente daqueles que queiram assim se manifestar. Eu gostaria que todo o empresariado, logo no início da aplicação do plano, que todos os industriais tivessem logo manifestado a sua total confiança no programa. Infelizmente isso não aconteceu. Houve algumas reações surdas, mas que na prática se fizeram sentir por parte de alguns setores que, talvez, de uma forma ou de outra, mais sensíveis, não quiseram dar a sua colaboração a esse programa econômico que visa retirar o País dessa crise e da inflação imoral com que nós convivíamos.

É não somente lícito supor, mas é absolutamente correta a suposição que, naturalmente, a irrigação da atividade econômica ocorrerá na medida da necessidade. Quando construí aquela imagem de represa, dizendo que os recursos estavam represados, eu disse que havia uma torneira que seria aberta ou fechada na medida das necessidades e que essa operação teria que ser feita com muito cuidado para que não irrigássemos demais, o que provocaria uma liquidez excessiva no mercado e, conseqüentemente, um aumento no consumo e nos preços. Se a torneira permanecesse fechada por muito tempo, isso sim, significaria recessão.

O apelo que fiz para que não demitissem está sendo, aqui e acolá, na maior parte das vezes, seguido. Alguns dos quais me referi no início, que estavam mais incomodados com o programa, já voltaram atrás na sua decisão de demitir. Readmitiram, criando fórmulas diferenciadas, para que não viesse a ser penalizado o trabalhador brasileiro. Nós estamos muito atentos aos 32 índices de desemprego na economia e ao nível de rotatividade de emprego na economia. Se esses indicadores fugirem dos limites normais e naturais — e para isso temos aí os sindicatos e os próprios instrumentos do Governo acompanhando — tomaremos medidas que visem corrigir as distorções, de modo que a recessão não se instale no País.

David Renault (Agência Estado): Senhor Presidente, há indicações de que o Congresso deve aprovar a essência do plano econômico. Mas há indicações de que podem ocorrer alterações em alguns itens, especialmente no que diz respeito a limites de saque para poupança e conta corrente. Caso o Congresso promova algumas alterações, o senhor acata a decisão do Congresso' ou vai vetá-la? Em segundo lugar, mantendo-se inalterado o plano, a expectativa é de que esse dinheiro hoje congelado deve retornar ao mercado em 12 meses, a partir de setembro de 91, numa proporção que se estima entre 8 e 10 bilhões de dólares ao mês. Essa massa de recursos não seria suficiente para provocar uma nova explosão inflacionária?

Presidente: Veja bem, nós estamos aí analisando, pela sua pergunta, suposições. Em primeiro lugar, é claro que todas as sugestões que o Congresso Nacional encaminhar diretamente ao Poder Executivo ou pelo processo de emendas, uma atribuição do Congresso Nacional, serão acatadas e muito bem-vindas.

Nós já demos provas efetivas disso quando, conversando com as mais diversas lideranças do Congresso Nacional, recebemos sugestões que, imediatamente, incorporamos ao cerne das nossas medidas. Isso foi divulgado na sexta-feira passada. O Congresso Nacional está agora com os seus presidentes e relatores das comissões constituídas analisando as medidas provisórias. Pela audiência que tive com essas lideranças, verifiquei que o Congresso Nacional entende que é fundamental mantermos

a estrutura do plano. Não porque eu queira, porque o Congresso deseje, mas porque todos somos unânimes em reconhecer que uma mexida na estrutura do plano pode fazer com que ele seja destruído.

A sociedade brasileira, o Congresso Nacional e nós todos estamos cientes da enorme responsabilidade que temos. Nós não podemos perfurar a barragem para matar a sede. É melhor procurarmos matar a sede buscando água na barragem, e não fazendo um furo nela, porque esse furo pode ser o início da destruição de todo o programa econômico. Por isso não deveremos e não poderemos mexer na estrutura do plano. Essa é a consciência que o Congresso Nacional também tem. Não tenho procuração para falar em nome do Poder Legislativo, mas posso transmitir o que tenho ouvido das mais diversas lideranças com as quais me encontrei no decorrer da semana passada.

O reingresso desses recursos represados na economia será efetuado na medida em que tenhamos de fazê-lo, com a devida precisão e objetividade, sem permitir que haja uma liquidez excessiva no mercado nem, tampouco, que paire sobre nós o fantasma da recessão.

Helival Rios (Jornal de Brasília): Nos últimos dias o senhor deve ter mantido contatos com o exterior e ouvido repercussões do Plano de Estabilização Econômica. Eu queria saber, diante do feed-back desses contatos, se isso, de alguma forma, vai facilitar a negociação da dívida externa e em que bases. O senhor já tem condições, agora, a essa altura da execução do plano, de definir melhor as novas bases de renegociação da dívida externa brasileira?

Presidente: A Ministra da Economia deverá estar seguindo para o exterior na próxima semana. E, naturalmente, ela fará um contato preliminar com os nossos credores, com o sistema financeiro internacional, fornecendo-lhes detalhes sobre o nosso programa econômico e iniciando os contatos para a ampla renegociação da dívida externa, que haveremos de propor aos nossos credores internacionais. Eu fico agradavelmente surpreendido com a repercussão positiva que vem alcançando, lá fora, o nosso programa de estabilização econômica. Isso, sem dúvida nenhuma, é um bom prenuncio. É um prenuncio de que o ambiente que nós iremos encontrar no exterior será favorável, será um ambiente de credibilidade reconquistada pelo Brasil não somente em nível interno como também em nível externo.

Acho que nós haveremos de promover essa renegociação com base naquilo que sempre colocamos como prioritário, que já vem sendo aceito pela comunidade financeira internacional: que a renegociação da dívida não pode, em momento nenhum, penalizar o nosso crescimento econômico. Ou seja, não se trata de saber quanto nós iremos crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim de quanto nós poderemos pagar, depois de garantido o nosso crescimento econômico. Esse é o postulado básico da nossa renegociação; postulado esse já aceito pela comunidade financeira internacional, que faz com que possamos esperar que essa renegociação seja extremamente benéfica para o Brasil, porque o Brasil voltou a recuperar a confiança não somente dos credores, mas também dos investidores externos, a partir da instalação do novo Governo no último dia 15 de março.

René Villegas (Agência Reuters): Queria voltar ao tema da dívida, senhor Presidente. Na sua declarada guerra contra a inflação, o senhor bloqueou o equivalente a 115 bilhões de dólares em recursos dos brasileiros. Eu queria saber quanto o senhor pretende bloquear no pagamento da dívida externa, levando em conta que o

Brasil tem atrasos de 5,5 bilhões de dólares em juros e que seu Governo pretende fixar um limite de transferência de 5 bilhões de dólares ao ano.

Presidente: O que desejamos é nos sentar à mesa sem nenhum tipo de posição unilateral. Acho que é chegado o momento de cada um fazer a parte que lhe cabe para que possamos renegociar essa dívida em condições, naturalmente, que não venham a esmagar ou aniquilar a possibilidade de sobrevivência de uma economia e de uma nação. Já está visto que a dívida externa do Terceiro Mundo, e não somente a do Brasil, é absolutamente impagável, nos termos em que ela se encontra. É fundamental, portanto, que encontremos meios e termos para promovermos essa renegociação, de modo a que possamos privilegiar o crescimento econômico dos países endividados e, naturalmente, fazer com que os bancos credores entendam que é muito melhor ter um cliente em condições de pagar juros — não esses abusivos, extorsivos que vêm sendo praticados ao longo da última década, sobretudo — dentro de prazos que iremos estabelecer nessa renegociação.

Não queremos, em momento nenhum, estabelecer nenhum tipo de confronto com organismos internacionais, com bancos e com o sistema financeiro internacional. Esta não é a nossa política, este não é o nosso desejo, essa não é a nossa intenção, nem será a nossa ação prática. O que vamos promover, sim, é uma renegociação vigorosíssima, com o mesmo vigor com que este Governo se dedica a cada uma das etapas do seu programa, seja econômico, seja de qualquer outro setor. Nós iremos nos dedicar, com absoluta determinação e obstinação, para fazermos uma renegociação que traga benefícios para o nosso País.

Naturalmente, do lado de lá, eles deverão fazer a mesma coisa. Mas será uma negociação em que não poderemos, em momento nenhum, permitir que o nosso crescimento econômico seja afetado e que, internamente, o nosso mercado se ressinta e se enfraqueça, com os problemas daí decorrentes.

Nós queremos uma renegociação sentados numa mesa, repito, em que conversemos abertamente, em que discutamos todos os pontos. Não há nada que não se possa discutir em termos de prazo, de juros, de ingresso de recursos novos, dentro ou fora do Plano Brady. Enfim, estamos inteiramente abertos a esse tipo de discussão, sempre buscando um denominador comum, um entendimento, que faça com que o Brasil seja um país inserido no contexto internacional e que tenha readquirido a sua confiança, a confiança no seu futuro, não somente por parte da sua população, de todos nós brasileiros, mas também dos nossos países irmãos desse planeta.

Michd Galan (Agência France Press): O senhor apresentou sempre o regime de câmbio livre e a verdade dos preços como uma ajuda suficiente à exportação, melhor do que qualquer incentivo estatal. Hoje, o dólar está supervalorizado e inviabiliza qualquer exportação, bem como o turismo. Se isto é só transitório e técnico, o que é possível, em quanto tempo o senhor considera que o dólar voltará a um nível de mercado compatível com a necessidade do Brasil de exportar, já que, sem exportação, não se paga a dívida e cresce a recessão?

Presidente: Eu diria que sem exportação e sem importação. O que eu defendo é que nós não somente exportemos mais, mas que importemos mais também, porque já se passou a época em que o País forçava a colocação dos seus produtos no exterior e evitava a importação, o que fazia com que tivesse sempre créditos ou superávits crescentes na sua balança comercial em relação a outros países. Hoje, cada vez mais, esse mundo está se transformando numa troca de interesses, de vantagens recíprocas para um país e para o

outro. É ilusão pensar que nós poderemos somente exportar e reduzir as nossas importações. Não, porque a cada um milhão de dólares exportados nós temos que importar, não somente pela necessidade interna, mas até pelas contingências do comércio internacional, outro tanto, pouco mais ou um pouco menos.

Já tomamos algumas medidas dentro do programa econômico como a flutuação do câmbio e a liberação das importações — que são mecanismos puros da economia de mercado. Também tomamos outras medidas que deixam um pouco incomodados alguns que, como eu, entendem que temos que perseverar na busca da economia de mercado, através de um certo controle de preços e de outros mecanismos. Mas é fundamental que nos utilizemos desses mecanismos nesse período transitório, como o senhor coloca na sua pergunta, para que alcancemos, um pouco mais adiante, daqui a alguns anos, a verdadeira economia de mercado.

O que eu desejo, ao final desse meu período de administração, na chefia da Presidência da República, o que espero, ardentemente, é constituir no Brasil a verdadeira economia de mercado, sem nenhum tipo de constrangimento para a atividade produtiva, sem nenhum tipo de mecanismo que interfira na política de preços e de salários, na política de importação ou de exportação. Esse é o objetivo que estamos buscando, detida e vigorosamente, alcançar dentro desse período governamental.

Ricardo Palmas (Agência Efe): O senhor disse no Congresso Nacional que o Cone Sul será o eixo da integração latinoamericana. O senhor não acha que a difícil situação da Argentina e o processo que se inicia no Brasil podem constituir uma ameaça a esse processo?

Presidente: A integração latino-americana é irreversível, porque ela não depende de circunstâncias de países que, eventualmente, estejam passando por um momento de prosperidade ou por momentos de dificuldade. O que é importante, é o ideal de integração latino-americana. Esse é imorredouro, esse não se destrói. Esse é passado de governo a governo, de geração a geração e, sem dúvida, a integração latino-americana tem que começar pelo Cone Sul, não porque o presidente argentino, o presidente uruguaio e o presidente brasileiro assim o desejem. Não! É porque, naturalmente, as coisas determinam que assim se estabeleça: pelas vinculações que temos, pelos laços comerciais, pela proximidade que já temos de longa época, pelo comércio que já se estabelece de uma forma bem nítida entre as nossas economias. Então, naturalmente, a integração começaria pelo Cone Sul, e isso é perfeitamente entendido por todos os países da América do Sul e da América Latina como um todo.

Nós já demos passos efetivos a partir do dia 15 de março, nessa direção, quando o Presidente Menem, numa homenagem que prestou ao povo brasileiro e ao Governo que se instalou, assinou comigo tanto a questão do gasoduto, do gás que virá do Nordeste da Argentina para o Rio Grande do Sul, de modo a ativar, ainda mais, a economia daquele grande Estado brasileiro, como também a construção da ponte ligando São Borja, em território brasileiro, a Santo Tome, em território argentino, que é uma forma não simbólica, como querem alguns, mas efetiva de demonstrar a integração. Então nós estamos lutando para que essa integração continue independentemente do estágio que as nossas economias estejam atravessando.

A hidrovia, que é outro passo fundamental para a integração da América Latina, já vem também dando sinais evidentes de prosperidade. Já trouxemos, por exemplo, a nossa soja lá de Corumbá até o porto uruguaio, pelo sistema hidrográfico.

É fundamental que essas iniciativas não pereçam, que esses nossos laços que visam sobretudo, essa integração num curto prazo, não se afrouxem. E contamos também com a participação decisiva da ALADI, que vem tendo nesses últimos anos, uma importância que

realmente deve ser sublinhada, para que essa integração ocorra dentro do espaço de tempo menor possível.

*Entrevista coletiva concedida à imprensa
por Sua Excelência o Senhor Fernando
Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, no
Palácio do Planalto, no dia 27 de março de 1990. 39*

Posse do Novo Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Mano Filho

O compromisso do Governo do Brasil Novo com a agricultura e com a reforma agrária é conhecido por todos. É um compromisso inalienável e inarredável, e nós haveremos de cumprir, ponto por ponto, vírgula por vírgula, tudo aquilo que em praça pública assumimos, não somente com a agricultura, mas com toda a sociedade brasileira.

Dizia eu, naquela oportunidade, que, muito mais do que a mudança de um presidente, nós assistiríamos à mudança de uma mentalidade: a mudança de geração no comando político do Governo que se instalou no último dia 15 de março. A presença do Dr. Antônio Cabrera Filho no corpo do Ministério deste Governo demonstra, mais uma vez, a junção da palavra à atitude, da predica à prática. Aos vinte e nove anos, chega o novo Ministro da Agricultura à chefia de uma pasta, de uma relevância extraordinária em quaisquer instantes pelos quais temos passado, mas, sobretudo, neste momento histórico, porque haveremos de retirar da terra o alimento, para matar a fome de milhões e milhões de brasileiros inteiramente marginalizados do processo de desenvolvimento do País. Haveremos, também, de promover uma reforma agrária justa, equilibrada, sem conflitos, de modo a dar acesso à terra, àqueles que precisam dela para retirar o seu alimento e contribuir com o aumento da produção de grãos do nosso País.

Haveremos, também, de dar um enfoque absolutamente necessário junto à reforma agrária, que é a questão ambiental. Há uma interface importantíssima a ser cumprida, a ser observada entre uma política agrícola e a política ambiental do nosso Governo.

Por isso, a presença do Dr. Antônio Cabrera Filho, talvez o mais jovem dos Ministros de Estado de toda a República, se constitui num alento para uma nova geração que vai, efetivamente, dizer a que veio; que vai, efetivamente, mostrar a sua capacidade, a sua seriedade, o seu patriotismo; que vai, efetivamente, trabalhar pela grande maioria da população brasileira; e que vai, sem dúvida nenhuma, estabelecer, neste País, uma verdadeira política agrícola, que atenda aos pequenos e aos médios produtores, que estão ansiando por esta política, que começa por um ponto que julgamos, todos, fundamental: o do combate à inflação.

Acredito que o grande passo que nós poderemos dar para a construção de uma verdadeira política agrícola no País seja o de estabelecermos uma economia sem inflação. E, a partir daí, terem os produtores a certeza e a segurança de contar com o financiamento na época certa, na época propícia, além de uma política de preços mínimos adequada, uma garantia, portanto, de comercialização, e, sobretudo, regras claras e estáveis, não somente para o setor, mas para todo o contexto da atividade econômica brasileira.

«Agricultura entregue em boas mãos.»

Quero dizer ao Dr. Antônio Cabrera Filho, novo Ministro da Agricultura, que hoje os olhos do mundo rural, os olhos do mundo político deste País estão voltados para a sua pessoa. É necessário que esta novíssima geração se saia muito bem dessa empreitada. É um momento de afirmação desta mesma geração. Mas eu tenho convicção plena, e estou absolutamente tranquilo ao lado de todos os companheiros que aqui se encontram, de que a agricultura está entregue em boas mãos. Como esteve

entregue, até há alguns dias atrás, nas mãos corretas, nas mãos trabalhadoras, do ex-Governador e ex-Ministro Joaquim Roriz, que prestou — por breve período, é verdade — o seu entusiasmo à causa da política agrícola do nosso País e do nosso Governo.

Devo fazer um agradecimento especial ao meu Ministro da Justiça, Deputado Bernardo Cabral, que substituiu, interinamente, o ex-Ministro Joaquim Roriz, e que, em todos os instantes dessas semanas de Governo, vem dando provas cabais da sua competência, da sua probidade e, sobretudo, da sua lealdade aos ideais que defendemos em campanha e ao Presidente Eleito da República.

Meus agradecimentos, também, ao meu Vice-Presidente, Senador Itamar Franco, companheiro de todas as horas, que vem, com a sua experiência, sobretudo com a sua inteligência, dando uma colaboração e uma contribuição decisivas em todos os atos que estamos adotando, e que, como todos nós estamos percebendo, está modificando a fisionomia deste País, fazendo o sair de um estágio de desesperança, de um estágio de falta de perspectiva, para um momento em que nossas esperanças todas estão acesas, nossas almas estão unidas numa confiança inquebrantável no grande destino que está reservado ao Brasil, mercê das medidas que foram adotadas e mercê, sobretudo, do apoio que a sociedade brasileira vem dando ao programa econômico que adotamos no dia seguinte à nossa posse e que, sem dúvida, vai fazer do nosso País, vai fazer da sociedade brasileira uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais harmônica. Que Deus continue a nos ajudar. Que Deus ajude a nossa agricultura. E que Deus ajude a Vossa Excelência, Senhor Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Filho. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, na solenidade de posse do Ministro da
Agricultura, Antônio Cabrera Mano Filho, no Palácio do
Planalto, no dia 3 de abril de 1990.*

Encontro com Donas-de-Casa de Minas Gerais

No decorrer da campanha eleitoral, nós fincamos a nossa proposta de Governo num ponto objetivo, claro, nítido: o combate, sem tréguas, à inflação. Disse que, no dia 15 de março, no dia da posse do novo Governo, eu estaria declarando guerra, ou colocando o País em estado de guerra contra a inflação. E todo estado de guerra exige um esforço de guerra. Disse que, para esse esforço de guerra, eu iria conclamar todos os brasileiros responsáveis e conscientes, que tinham também essa noção muito nítida de que, para que nós retomássemos a trilha do crescimento econômico, e priorizássemos o bem-estar e a justiça social, seria fundamental o êxito no combate a um processo inflacionário, que nos levava, a todos, ao desânimo, ao descrédito no nosso próprio futuro, e a uma total dissociação dos reais interesses da Nação brasileira.

Assim disse, e assim foi feito. Naturalmente, o programa econômico está tendo esse sucesso e esse êxito, graças ao apoio indispensável e imprescindível que estamos recebendo da sociedade brasileira como um todo. E um dos segmentos mais importantes da sociedade brasileira é aquele formado pelas donas de casa, pelas senhoras que aqui estão. Porque ninguém mais do que a dona-de-casa sofre, no bolso, na pele e no coração o que significa uma economia desorganizada com um processo inflacionário de cerca de 90% ao mês.

«Pechinchem, pechinchem...»

É a dona-de-casa que, com o seu orçamento, está discutindo os preços nas feiras livres, que está angustiada com as remarcações dos supermercados, que fica indignada com as remarcações das mensalidades escolares, com o aumento da tarifa dos transportes coletivos. É a dona-de-casa que ainda tem que, no final da semana, conversando com o seu esposo, com o seu marido, justificar por que o dinheiro que foi deixado para cumprir as tarefas domésticas não foi suficiente para atingir o seu objetivo. Enfim, ninguém mais do que a dona-de-casa sofre com a desorganização econômica, sofre com a inflação.

Por isso, o apoio que o nosso programa vem recebendo, sobretudo das donas-de-casa, é um sinal evidente de que nós estamos no caminho certo. De que nós optamos pela alternativa acertada. E, graças a Deus, que sempre nos tem acompanhado nas nossas preces diárias, graças a Deus, os efeitos já começam a se sentir. Os preços caindo, caindo, caindo. Diante do salário valorizado, em função do reajuste de quase 80% com que veio esse mês, resta-nos, tão-somente, fazer, mais uma vez, uma pequena solicitação para que não gastem muito, para que pechinchem, pechinchem, regateiem, discutam o preço. Porque o comércio, de um modo geral, está querendo e necessitando capturar cruzeiros. E as senhoras, que têm cruzeiros nas mãos, têm que fazê-los valorizar. Então, vamos discutir o preço e comprar somente, o absolutamente necessário. Não é preciso que se faça estoque de alimentos. Não vão faltar. Vão faltar se houver uma busca acelerada de consumo. E aí, como todos nós sabemos, os produtos começam a ser muito procurados, e a tendência é dos preços subirem.

Não vamos permitir que os preços subam em função de uma inadvertência nossa. Vamos comprar aquilo que for o absolutamente necessário, depois de regatear muito, com aquele que nos está vendendo, o preço correto e justo por aquele produto.

«O sentimento nacional exige que o Programa não seja tocado em sua estrutura.»

Por isso, gostaria de agradecer a Dona Lúcia e a todas as senhoras por esta presença aqui, em Brasília, depois de uma viagem estafante, de 12 horas, para cumprir um dever cívico e patriótico de, chegando ao Palácio do Planalto, hipotecar ao Presidente da República, ao Governo, o seu apoio, que é fundamental, em relação ao programa econômico. Aqui foi tratado, também, da visita que as senhoras irão fazer ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo, a quem cabe hoje, neste momento e neste instante, a decisão sobre o futuro do programa econômico. Como todos nós sabemos, uma democracia somente pode sobreviver quando há o respeito entre os Três Poderes, quando é garantida a independência dos Três Poderes, embora seja sempre buscada a harmonia entre eles. Eu confio em que o Congresso Nacional saberá dar uma resposta positiva a essas expectativas populares, num momento tão importante e crucial da vida nacional. Eu confio em que o Congresso Nacional esteja atento e sintonizado com o sentimento nacional, que exige que esse programa não seja tocado na sua estrutura, de que não seja emendado na sua estrutura, até porque a emenda pode sair pior do que o soneto, e nem soneto nós teremos mais, depois de mexida a estrutura deste programa. Nós precisamos mantê-lo íntegro, precisamos mantê-lo nos moldes em que ele se encontra, para que todo esse esforço e toda essa mobilização nacional não sejam jogados ao leu.

Daí eu verificar que, nesse contato com o Congresso Nacional, todas as senhoras irão sentir aquilo que nós já estamos detectando aqui no Executivo. São sinais positivos que nós estamos recebendo, de todas as lideranças do Congresso Nacional, de que o ânimo daquela Casa Legislativa é de, tão-somente, ajudar, para que o programa continue a dar certo, e de atender, desta maneira, esse sentimento nacional e essa expectativa de toda a população brasileira. Eu confio em que o Congresso Nacional, dentro de um curtíssimo espaço de tempo, depois de analisar as medidas, depois de oferecer as suas sugestões, como é uma das suas prerrogativas, ele possa, finalmente, fazer com que seja aprovado, pela via legislativa, o Programa Econômico do Governo do Brasil Novo. Assim como, todos nós, coresponsáveis com o processo que estamos vivendo, possamos comemorar e agradecer mais uma vez, a Deus, pela sua bondade e pelas suas bênçãos. Muito obrigado à nossa Presidente, Dona Lúcia. Muito obrigado às Senhoras Vereadoras.

Muito obrigado a todas as senhoras aqui presentes. E levem para as suas casas, na nossa querida Minas Gerais, o abraço agradecido do cidadão Fernando Collor, hoje Presidente da República, que entende, nesse gesto de todas as senhoras, que entende nessa ação de todas as senhoras, uma atitude das mais importantes, senão a mais importante até o presente momento, depois da edição do Plano, no sentido da aprovação, e no sentido do sucesso que, todos nós temos certeza, ele trará, assim que aprovado pelo Congresso Nacional. Muito obrigado, Dona Lúcia. Muito obrigado a todas as senhoras.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, durante o encontro com a Federação das Donas-de-
Casa e Consumidoras de Minas Gerais, no Palácio do
Planalto, no dia 4 de abril de 1990.*

Lançamento da Campanha Contra a Poliomielite

Na missão de Presidente Constitucional da República Federativa do Brasil — e essa volta, ao lado de me encher de orgulho, me lembra os compromissos assumidos com a nossa gente —, não posso me esquecer de que foi aqui que tudo começou, na Prefeitura de Maceió, no velho Palácio Kennedy, passando por uma experiência como o deputado federal mais votado no Estado, em 1982, e tendo tido o privilégio de governar os alagoanos, a partir de 86, ao lado de Moacir de Andrade. A partir daí, ousei levar as mensagens de mudanças que imprimíamos no dia-a-dia de nossa administração a todos os recantos do nosso querido País.

Foi aí que verifiquei que a voz do povo alagoano estava sendo não somente escutada, mas entendida por todos aqueles brasileiros patriotas que desejavam rigorosamente uma mudança, não somente na prática política, mas, sobretudo, uma mudança de expectativas em relação ao futuro do Brasil. Precisamos ganhar duas eleições para, finalmente, sermos consagrados, pelo voto popular, Presidente da República. Foi uma campanha, por todos os aspectos, demorada. Em primeiro lugar, por ter sido a primeira eleição em quase 30 anos de abstinência eleitoral. Em segundo lugar, por ter o candidato vitorioso vindo de um Estado pequeno, de uma região sofrida, como são Alagoas e o Nordeste. Em terceiro lugar, por não ter nenhuma estrutura partidária forte, representativa, em termos de diretórios fundados por todo o País, como é o nosso PRN. E, por fim, por ter sido a candidatura lançada com base, única e exclusivamente, na expectativa que tínhamos de que um sentimento nacional iria dimensionar a sua vontade e o seu desejo nas urnas nos dias 15 de novembro e 17 de dezembro.

Finalmente, isso ocorreu, numa eleição absolutamente livre, absolutamente democrática, numa eleição em que o voto foi perseguido um a um, em que a nossa mensagem foi levada aos mais longínquos recantos deste País. Mais de 600 municípios foram por mim visitados, mais de mil comícios foram realizados. Foram dias e noites, utilizando todos os meios de transporte, lutando contra tudo e contra todos — contra o poder econômico, contra o Governo Federal, contra as elites que se encastelaram no Estado brasileiro, sugando o esforço vital da nossa população mais sofrida, contra tudo e contra todos, a favor do povo mais necessitado. Com um grupo de amigos abnegados, conseguimos, finalmente, fazer valer a idéia de que era chegado o instante de promover mudanças neste País — mudanças de mentalidade, mudanças de conceito, mudanças de práticas administrativas. Enfim, era preciso preparar o País para ingressar no século XXI, de cabeça erguida, com a economia organizada, com o crescimento econômico garantido e o bem-estar social sendo um postulado inalienável de todos nós, que sempre perseguidos estivemos.

Inflação: «agora é vencer ou vencer.»

Chegamos a um ponto neste País em que tínhamos que adotar medidas profundas e abrangentes, no sentido de liquidar o maior inimigo de cada um de nós, que é, ou que era, a inflação.

Ninguém, absolutamente ninguém, poderia apostar um tostão furado no futuro da nossa Pátria com a inflação assumindo 48 ares de calamidade pública, como aquela inflação de menos de 30 dias atrás. É impossível nós quisermos implementar a justiça social com uma inflação de 90% ao mês, que concentra excessivamente a renda nas mãos de uns poucos e empobrece uma imensa maioria. É impossível garantir o

crescimento econômico numa economia onde o capital era direcionado, única e exclusivamente, para a especulação e não para a produção. Era absolutamente impossível para o administrador público, e aqui exemplos nos foram dados pelo Governador Moacir de Andrade, administrar, com relativa competência, a máquina estadual ou municipal, com uma desorganização que se processava nos seus orçamentos, em função dessa escalada inflacionária.

As medidas tinham que ser adotadas, profundas, vigorosas e abrangentes, como já disse. E elas foram adotadas. Em nenhum instante duvidei da eficiência do nosso plano econômico. Em nenhum momento me abandona a certeza de que dentro daquele prazo de cem dias — aquilo que eu colocava no decorrer da campanha política — nós haveremos de alcançar a estabilidade para o nosso País.

A inflação, o primeiro inimigo, já foi derrotado. Todos nós sabemos. E verificamos no nosso dia-a-dia, os preços caindo nos supermercados, o nosso salário sendo valorizado. Mas é necessário que agora nós vençamos outro desafio, depois de sucumbida a inflação, que é de estabelecermos os meios para a retomada do crescimento econômico.

Para a retomada do crescimento econômico temos que reorganizar a economia depois de um terremoto inflacionário. É a isso que agora estamos nos dedicando, dia e noite, para fazer uma administração correta deste Plano, para podermos abrir as torneiras, ou fechá-las, nos momentos oportunos, de modo a que, finalmente, possamos, dentro dos próximos cem dias, talvez aqui mesmo em Maceió, comemorar o sucesso desse programa econômico que, como já disse, não tem volta. Os nossos galeões já foram queimados. Agora é vencer ou vencer.

E tenho certeza de que nós haveremos de contar com o apoio indispensável e imprescindível do Congresso Nacional. Àquela Casa já pertenci. Àquela Casa pertenceram meu avô e meu pai. Àquela Casa, ou daquela Casa, saíram três dos meus Ministros — inclusive o Ministro da Saúde, Dr. Alcení Guerra. Portanto, por conhecer o Congresso Nacional e, mais do que por conhecer, por já ter recebido de suas lideranças demonstrações muito claras de apoio à estrutura básica do nosso programa é que eu não tenho dúvidas de que, com esse apoio, nós poderemos contar. Fundamentalmente, eu desejo parceiros para o êxito do programa econômico, porque não admito ser cúmplice de um fracasso. Nós iremos, sim, o Congresso Nacional, o Executivo e a sociedade brasileira como um todo, ser parceiros de uma grande vitória, parceiros de um grande triunfo sobre o dragão da inflação, sobre a desorganização financeira, sobre a especulação e sobre a miséria.

Confio plenamente que, no decorrer dessa semana que se inicia, a partir da próxima segunda-feira, nós teremos também como agradecer ao Congresso Nacional e aos seus dignos representantes o apoio que eles darão, talvez nem tanto ao programa em si, mas o apoio que darão a todos aqueles brasileiros que em todas as pesquisas de opinião pública que vêm sendo realizadas demonstram, na sua imensa maioria, que não somente são favoráveis ao Plano de Estabilização Econômica do Governo do Brasil Novo, mas como também solicitam que o Congresso esteja sintonizado com essas aspirações, com essas expectativas, para que, finalmente, possamos vencer. Iremos vencer com o nosso povo e comemorar a grande vitória que iremos, sem dúvida nenhuma, alcançar com o fim definitivo da inflação.

«Vim aqui para dar as mãos a todos os alagoanos.»

Hoje em Maceió, viemos para fazer a abertura da vacinação infantil no Nordeste brasileiro, a que o Ministro da Saúde se referiu e deu os números: mais de 6 milhões de

crianças deverão ser vacinadas, mais de 30 mil profissionais de saúde estão mobilizados para essa ação em mais de 20 mil pontos diferentes do território nordestino. Um dos nossos compromissos com a criança é de, ao final do nosso período administrativo, termos erradicado, de uma vez por todas, a ameaça da poliomielite do território brasileiro no Nordeste.

Em segundo lugar, vim aqui para obedecer, vim aqui para ajudar, vim aqui para dar as mãos, não somente ao governo de Moacir de Andrade, mas a todos os alagoanos, a quem, mais uma vez, quero conclamar em torno de uma unidade, em torno de uma união que faça com que, a partir dela, saia Alagoas politicamente fortalecida, de modo a que possamos ajudá-la ainda muito mais do que pretendemos ajudar no nosso período administrativo.

Venho trazer recursos para a área da saúde, solicitado que fui pelo Governador Moacir. Naturalmente, todos os setores ficaram desorganizados em função do processo inflacionário. É preciso haver um pouco de compreensão, é preciso haver um pouco de renúncia, é preciso que todos nós sejamos solidários neste momento com o nosso País, para que possamos superar a crise. A palavra, o chamamento e o gesto de boa vontade que me concedeu agora, o Governador Moacir Andrade, não tenho dúvida, que serão reproduzidos pelo senhor funcionário da saúde, que hoje se encontra para ajudá-lo nas suas atividades.

O convênio que hoje assinamos, vai garantir ao Governo do Estado de Alagoas condições para concluir as obras do Hospital de Emergência, além do Hospital de Queimados, e também proporcionar a compra de equipamentos indispensáveis para o bom funcionamento daquela unidade de saúde. O Ministro Alcení Guerra já está devidamente instruído nesse sentido, e ele, homem sensível que é, saberá ficar sempre atento para as necessidades do Estado de Alagoas, no campo específico da sua área de atuação, que é o campo da saúde.

Por outro lado, trago também aqui, ao Governador do Estado e ao Prefeito da capital e a todas as lideranças do Estado de Alagoas, a oportunidade de nós recuperarmos a Vila Virgem dos Pobres. Já solicitei ao Governador que providenciasse, por intermédio dos seus assessores, um projeto de recuperação daquela área, para que possamos viabilizar o saneamento, a drenagem, a construção de casas, de área de lazer, aquisição de equipamentos urbanos, de modo a podermos proporcionar àquela população condições melhores e condignas de vida. Fico aguardando apenas a entrega desse projeto, porque, imediatamente, determinarei ao Ministério da Ação Social, a liberação dos recursos necessários e suficientes para que possamos concluir esta obra da Vila Virgem dos Pobres, dentro do menor espaço de tempo possível.

Enfim, minha gente amiga de Alagoas, ao passar desta vez, como Presidente já empossado da República, pela minha querida Alagoas, quero dizer a vocês que volto para Brasília, mas sempre quando volto saindo de Maceió, fica um pouco do meu coração aqui com vocês.

Saibam que lá no Palácio do Planalto, na função de Presidente da República desta grande e querida Nação, está o mesmo Fernando que foi prefeito, que foi deputado e que foi governador de vocês. Lá, o Palácio do Planalto é rigorosamente uma casa do povo, de todo o povo brasileiro. Mas tem um lugar muito especial para o querido povo da minha querida Alagoas.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, por ocasião do lançamento da
campanha contra a poliomielite, em Maceió, Alagoas, no
dia 7 de abril de 1990.*

Crédito para a Construção de Imóveis

Gostaria de anunciar, com a assinatura feita agora pela Ministra Zélia Cardoso de Mello, a autorização para liberação de financiamento, no valor de 32 bilhões de cruzeiros, para a construção civil no País.

Isso garantirá cerca de 800 mil empregos, exatamente para a camada mais necessitada da população brasileira, e que estava no aguardo desta decisão do Governo, que vem, no momento oportuno, fazer a liberação desses recursos por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Como disse anteriormente, a luta contra a inflação já foi vencida, graças ao apoio inestimável que a sociedade brasileira vem dando às ações do novo Governo e graças, também, à compreensão e à cooperação do Congresso Nacional, que ontem — numa sessão histórica e numa decisão que merece de todos nós a atenção e o entusiasmo —, por maioria de votos, acatou, na sua íntegra, a Medida Provisória nº 168, um dos pilares do nosso programa econômico, das nossas propostas de reconstrução nacional.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para me congratular com as duas Casas do Legislativo, em especial com as lideranças do Governo e dos partidos que nos prestam este grande e indispensável apoio à relevante vitória conquistada pela sociedade brasileira, que vê, assim, o seu programa econômico mantido nas suas linhas gerais e, portanto, assegurado o sucesso do combate à inflação e agora o êxito da retomada do crescimento econômico.

Esta medida, que acaba de ser assinada pela Ministra da Economia, demonstra, mais uma vez, a atenção e a prudência com que vem sendo administrado o nosso programa econômico. Estamos absolutamente atentos a tudo aquilo que se passa, levando em total consideração todas as sugestões e os reclamos que nos chegam, mas temos que, abrindo esta torneira da represa, nesta figura que imaginamos de uma forma paulatina e absolutamente segura, não colocar em risco o sucesso do nosso programa econômico. A liberação de recursos efetuada pela Caixa Econômica Federal, no valor de 32 bilhões destinados à construção civil, promoverá, conseqüentemente, cerca de 800 mil novos empregos.

Era isso que eu tinha a comunicar a todos os senhores e senhoras nesta tarde, ao tempo em que lhes desejo uma Feliz Páscoa e que Deus continue a nos ajudar.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, por ocasião da solenidade de
assinatura de linha especial de crédito destinada a
financiamentos para construção de imóveis, em Brasília,
DF, no dia 12 de abril de 1990.*

Liberação de Recursos para Consórcios da Indústria Automobilística

Nesta manhã, a Ministra da Economia acaba de assinar portarias e atos visando ao esvaziamento dos pátios das indústrias automobilísticas.

É sabido que cerca de 20 a 25 mil novos carros estão nos pátios daquelas indústrias à espera da liberação desses recursos que hoje, por esta portaria, estamos fazendo — não somente a liberação dos recursos do consórcio, mas também a prorrogação do prazo para o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, por parte também das indústrias automobilísticas.

No decorrer desta semana, estaremos tomando atitudes visando à flexibilização, no que se refere a financiamentos de carros usados. Tudo isso com a preocupação que temos de retomar, rapidamente, a normalidade da atividade econômica e o nosso crescimento econômico. Todos nós temos conhecimento da importância vital da indústria automobilística na atividade econômica do nosso País, empregadora massiva de mão-de-obra, que tem um efeito enorme e extraordinariamente importante para o desenvolvimento dessas nossas atividades.

Por isso é fundamental que possamos ver, no dia de hoje, e nesses atos que foram assinados, a preocupação do Governo de ser fiel à palavra empenhada e de cumprir rigorosamente o cronograma estabelecido dentro do Programa Econômico do Governo do Brasil Novo. A primeira etapa, a de vencer a inflação, já foi cumprida. Todos nós estamos percebendo isso no nosso dia-a-dia, no nosso próprio bolso. As donas-de-casa percebem, nas suas idas ao supermercado, que os preços não somente caíram e ficaram estabilizados num patamar plenamente acessível, sobretudo no que diz respeito à cesta básica, mas que ainda continuarão a cair.

É essa a nossa expectativa, de modo a que possamos comemorar, nos próximos cem dias, não somente o fim definitivo da inflação, mas a retomada decisiva e vigorosa do nosso crescimento econômico.

Grupos executivos criados pelo Governo estão também trabalhando nas áreas da agricultura e de bens de capital. Nós temos, por isso, motivos de sobra para comemorar, a cada dia, o sucesso do programa econômico.

Vale a pena frisar, e eu gostaria de realçar e sublinhar, que esse sucesso só está sendo possível graças ao apoio indispensável, imprescindível e decisivo da sociedade brasileira, assim como à cooperação e colaboração que foram emprestadas pelo Congresso Nacional na avaliação, na apreciação e, finalmente, na aprovação das medidas provisórias que constituíram o Programa Econômico do Governo do Brasil Novo.

Estamos atentos e, sobretudo, agindo com a maior prudência, na abertura das torneiras da barragem, conforme imagem que venho sempre utilizando para tornar mais claras essas nossas ações. Porque é fundamental que as torneiras, ao serem abertas, não criem, novamente, a possibilidade de uma retomada do crescimento dos preços, ou seja, da inflação, e nem, tampouco, que essa torneira, ao não ser aberta, inviabilize a atividade econômica e a atividade produtiva.

Esta é a notícia que eu gostaria de dar a todas as senhoras e senhores na manhã de hoje. E dizer que continuamos atentos e vigilantes, a cada minuto de cada dia que passa, porque da administração competente, como vem sendo, do programa econômico, vai depender o sucesso do futuro do nosso País.

Que Deus continue a nos ajudar. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, por ocasião da solenidade de
assinatura de atos para liberação de recursos para
consórcios da indústria automobilística e
revendedores, no Palácio do Planalto, no dia 17 de abril
de 1990.*

Convênios para a Descentralização e a Municipalização da Assistência Médico-Hospitalar

Assinamos, nesta tarde, um convênio entre o Ministério da Saúde, o Governo Federal e o Governo do Município de São Paulo, visando diminuir, um pouco, o sofrimento da gente mais humilde daquela grande cidade, que busca atendimento médico, que busca um leito hospitalar, e, infelizmente, por diversos problemas que vêm se acumulando ao longo de vários anos, não tem sido atendida a contento.

No momento em que estamos, por este convênio, passando à responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, na pessoa de sua titular, da chefe do Executivo, a Prefeita Luiza Erundina, o hospital João XXIII, estamos dando um passo decisivo no sentido do cumprimento das normas constitucionais e do atendimento às demandas sociais daquela capital do Estado de São Paulo.

Esse gesto não vai ficar isolado. A ele se seguirão outros gestos e outras ações efetivas, no sentido de aproximarmos os três níveis de poder — federal, estadual e municipal — no enfrentamento da crise social por que também passa o País neste 58 momento. Nós temos uma enorme dívida com a população mais sofrida do nosso País. São Paulo é um atrativo natural de todos os brasileiros que, vindo de estados mais distantes, procuram, naquela cidade, um lugar ao sol, procuram maneiras e meios de sobreviver ao seu já trágico cotidiano. Milhares de nordestinos vivem na cidade de São Paulo. Apenas a título de exemplo diria que a segunda cidade do Estado de Alagoas, depois da sua capital, que é Maceió, que conta hoje com cerca de 500 mil habitantes, é a cidade de São Paulo. A Grande São Paulo. Lá, vivem mais de 500 mil alagoanos e cerca de dois milhões de nordestinos, pelos números mais recentes de que disponho.

Essa é a maneira, também, de nós, nordestinos que somos, a Prefeita Luiza Erundina e eu próprio, darmos a mão aos nossos conterrâneos, aos nossos compatriotas, que necessitam, mais do que nunca, porque habitantes da periferia da cidade de São Paulo, desse acolhimento das suas demandas em busca de saúde, em busca de sua própria sobrevivência.

Desejo agradecer ao Ministro Alcení Guerra, da Saúde, que vem, nesse curto espaço de tempo, demonstrando de uma maneira eficaz, de uma maneira vigorosa, a sua real preocupação com as camadas mais necessitadas da população brasileira. Agradecer ao trabalho desenvolvido pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá que, à frente da Comissão de Saúde, realizou um trabalho de grande envergadura, propiciando que hoje possamos assinar este ato com base naquela grande decisão da descentralização das ações de saúde no nosso País. Agradecer à bancada de parlamentares do Estado de São Paulo, também, pelo apoio, acima da questão partidária, que vem dando às iniciativas que o Governo do Brasil Novo vem adotando, no sentido de minorar o sofrimento das camadas mais baixas e mais sofridas da população brasileira.

Quero dizer à Prefeita do Município de São Paulo que já tendo conversado com o meu Ministro da Saúde, imediatamente estaremos providenciando a assinatura de um novo convênio, para que, além do hospital João XXIII, nós possamos também fazer o mesmo em relação ao hospital do bairro do Ipiranga, de modo que, de mãos dadas, juntos e unidos, possamos trabalhar por um Brasil melhor, por um Brasil socialmente mais justo, mais harmônico e mais fraterno.

Obrigado, Senhor Ministro. Obrigado à bancada dos deputados e de senadores do Estado de São Paulo. Obrigado à Prefeita Luiza Erundina. E obrigado, sobretudo, à

população do Estado de São Paulo e da capital de São Paulo pela oportunidade que nos estão dando, neste instante, de podermos ser úteis às demandas que nos vêm sendo feitas e que nos vêm sendo solicitadas. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, por ocasião da solenidade de assinatura de
convênios para a descentralização e a municipalização
da assistência médico-hospitalar, no Palácio do
Planalto, no dia 17 de abril de 1990.*

Apresentação dos Oficiais-Generais Recém-Promovidos

O mundo vive um momento rico de afirmação da liberdade e dos direitos fundamentais da pessoa humana. O mundo experimenta, também, um momento promissor de construção da paz. Democracia e paz: eis o binômio que vai se impondo à realidade dos nossos dias, à medida em que um número crescente de povos assume, livre e soberanamente, a condução de seus próprios destinos, à medida em que a submissão cede lugar à participação.

No passado foi preciso ir à guerra para defender a democracia. A Força Expedicionária Brasileira constitui a melhor expressão da valiosa contribuição que demos nessa luta. No presente, é a democracia que abre o caminho para a paz. O Brasil participa plenamente desta hora da história da humanidade. Concluímos, com êxito, a transição para a democracia, processo que é irreversível e definitivo. Está mais do que nunca confirmada a marca permanente de nossa presença internacional, a opção histórica pelas soluções pacíficas.

As Forças Armadas são instrumento vital para a defesa de nossa independência e de nossa liberdade. A Nação sabe e confia poder contar com o seu serviço e até com o seu sacrifício sempre que forem convocadas pelos poderes constitucionais.

O povo brasileiro elegeu-me Presidente da República e, como tal, compete-me exercer o comando supremo das Forças Armadas. As insígnias das comendas maiores das Forças Armadas que ora recebo eu as portarei com muito orgulho, como mais um símbolo da obediência e da disciplina que devemos todos à vontade coletiva da Nação e às regras que representantes, escolhidos livremente por ela, consagraram na Constituição.

Servir à Pátria é uma honra e um privilégio que tem como requisito primordial o cumprimento estrito destas regras.

Senhores Oficiais-Generais,

A decisão que tomei há dias de promovê-los decorreu do reconhecimento que cabe, individualmente, a cada um dos presentes, pela competência, pelo profissionalismo e pelo compromisso de toda uma vida dedicada ao País.

Recebam, pois, meus votos de sucesso nas elevadas missões que irão desempenhar. Estou certo de que as espadas que empunham servirão sempre às legítimas aspirações da gente brasileira, consubstanciadas para esse fim nas determinações emanadas dos poderes constitucionais.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, por ocasião da cerimônia de
outorga das Ordens do Mérito das Forças Armadas e do
Estado-Maior das Forças Armadas e de apresentação
dos oficiais-generais recém-promovidos, no Palácio do
Planalto, no dia 18 de abril de 1990.*

Comemorações do Dia da Aviação de Caça

1. Mensagem

Neste momento em que participo da comemoração do Dia da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira, quero dirigir as minhas primeiras palavras ao Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Sócrates, e parabenizá-lo pela condução dessa grande Força e estender esses meus cumprimentos a todos os seus diletos comandados que, como bem disse na sua mensagem, com tradição de lutas, com tradição de defesa dos interesses nacionais, vem se credenciando, frente a cada um de nós, brasileiros, como uma das nossas três Forças que merecem o nosso respeito e a nossa admiração.

O nosso compromisso é com a construção de um Brasil Novo, de um Brasil respeitado, de um Brasil íntegro, de um Brasil soberano, de um Brasil que mantenha a esperança dos seus filhos em relação ao seu futuro. Daqui em diante, caberá a cada um de nós, individualmente e em conjunto, construí-lo.

Saudações democráticas à Força Aérea Brasileira. Saudações aos Aviadores de Caça, Saudações ao Senhor Ministro Tenente-Brigadeiro Sócrates.

Mensagem de Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião das comemorações do Dia da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira, no Rio de Janeiro, RJ, no dia 22 de abril de 1990.

2. Discurso

O Brasil e o mundo vivem momento de afirmação da paz e da liberdade. Tem sido duro o caminho percorrido no esforço para alcançar a prevalência universal da boa convivência entre as nações e dos direitos fundamentais do homem.

O dia 22 de abril é uma etapa dessa luta. Foi nessa data, no ano de 1945, que o nosso heróico 1º Grupo de Caça teve sua mais intensa jornada de combate. Marca, assim, o compromisso do Brasil e de suas Forças Armadas com a causa da democracia. Reverenciamos hoje a gloriosa memória dos brasileiros que, na guerra contra o nazi-fascismo, rasgaram os céus da Itália, com o ronco dos P-47 *Thunderbolts* e com o grito de *Senta a Púa* gravado na fuselagem dos aparelhos e na alma corajosa dos pilotos.

A propósito, quero dizer aos Senhores veteranos aqui presentes que a oportunidade de encontrá-los pessoalmente desperta em mim entusiasmo e emoção. São os mesmos sentimentos que os Senhores souberam legar às novas gerações de pilotos de caça, deixando-lhes como herança o senso de profissionalismo e o amor à Pátria.

Decidi voar a bordo de um avião de combate para demonstrar meu apreço e minha admiração pela Aeronáutica e, especialmente, por nossa aviação de caça.

Durante o vôo, tive a ocasião também de vivenciar um instante simbólico da hora que atravessamos: o novo horizonte que se apresenta à humanidade como um todo e aos brasileiros, em particular.

O mundo aproxima-se da paz, pelo caminho da liberdade. Um número cada vez maior de povos reconquista o direito de escolher democraticamente os seus rumos e os seus líderes. E na comunhão das nações, livres, a universalidade da condição

humana fornece a moldura adequada para a valorização e o respeito às diferenças, às características de cada coletividade.

O Brasil alcançou a liberdade, pelo caminho da paz. Eis um feito digno de realce, pois as contradições e as injustiças sociais que ainda nos envergonham poderiam ter levado à instabilidade e até mesmo à violência, não fossem o elevado sentido cívico e equilíbrio político da gente brasileira, credora de uma dívida material e moral que precisa ser paga já, imediatamente, com justiça, desenvolvimento e oportunidades para todos.

Os homens que se dedicam à aviação possuem, pela própria natureza do que fazem, uma noção clara do valor da liberdade e da importância do desenvolvimento. Como a vida diária de cidadão de uma democracia e a experiência do voo induzem à percepção de que é fundamental ser livre. O contato com os produtos mais avançados e atuais da tecnologia permite aos aviadores confirmar diretamente que, mais do que nunca na história, a liberdade anda de mãos dadas com o progresso.

O Brasil — que já é Nação livre e vai ser em breve País desenvolvido — sente justificado orgulho de sua aviação de caça e conta com ela, firmemente, para defender a independência e a liberdade conquistadas e para ajudar a promover o desenvolvimento que está em vias de conquistar.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, por ocasião das comemorações do
Dia da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira, na
Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, RJ, no dia
22 de abril de 1990.*

Liberação de Recursos para o Crédito Rural

Nesta tarde, por intermédio da Ministra da Economia, estamos assinando um ato que libera recursos da ordem de 40 bilhões de cruzeiros para o setor agrícola, com vistas ao custeio da safra de inverno e a comercialização da safra de verão.

Desta maneira, mais uma vez, abrem-se as torneiras do Governo Federal no sentido de atender à demanda de um setor dos mais importantes da economia brasileira e que é prioridade número um do nosso Governo: o setor agrícola.

Não tenho dúvida nenhuma, senhor Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, de que o setor saberá responder, pronta e rapidamente, ao atendimento desta sua solicitação. Os recursos hoje liberados, e já a partir de amanhã à disposição de todos agricultores, servirão para que nós possamos retirar da terra o alimento necessário para matar a fome de milhões e milhões de brasileiros e gerar as divisas de que necessitamos para fortalecer o nosso comércio exterior.

«Recursos para gerar a nossa riqueza a partir do campo»

Ao mesmo tempo, gostaria de anunciar a todos que ontem também determinei ao Banco do Brasil a liberação de 2 bilhões 66 700 milhões de cruzeiros para o atendimento do Programa Nacional do Leite. Desta forma, todos aqueles que tenham os seus tickets do leite poderão já contar com esta segurança de que o Banco do Brasil já dispõe dos recursos necessários para fazer o pagamento destes mesmos tickets.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade e também fazer uma conclamação a toda sociedade brasileira com base no que ontem vi com os meus próprios olhos quando da minha ida a um supermercado na capital federal.

Presenciei (ninguém me disse, ninguém me contou, eu próprio fui lá e presenciei) que os preços estão, realmente, baixando. Precisam e haverão de baixar mais, dependendo do comportamento de todos nós. As compras que fiz ontem, incluindo produtos da cesta básica e fora da cesta básica, apontaram um decréscimo de 11,6% a partir da tabela da Sunab. Ou seja, as compras que ontem realizei custaram 11,6% menos do que os preços tabelados pela Sunab.

Nós precisamos continuar trabalhando no sentido de que os preços baixem ainda mais, mas é fundamental a participação da sociedade brasileira pechinchando, fazendo valer o seu salário e o cruzeiro que têm em mãos, e mais do que nunca evitar comprar produtos não tabelados e que estejam com preços elevados. A melhor maneira de nós fazermos a inflação baixar é, ao lado da pechincha que temos a obrigação de fazer, nos recusarmos a comprar qualquer tipo de produto cujo preço nos pareça abusivo. Vamos deixar que esses produtos, com preços extremamente elevados, fiquem nas prateleiras. Não podemos colaborar nem contribuir para que essa elevação dos preços em relação a alguns produtos — mesmo que não sejam da necessidade básica de cada um de nós — possa, de alguma forma, conflitar com um período de austeridade, de seriedade, e, sobretudo, de extrema responsabilidade, que cada um de nós brasileiros temos para com o sucesso do nosso plano econômico.

Como disse, esse programa econômico não pertence ao Governo, ou a cada um de nós que aqui está neste momento. Este programa pertence a você, pertence à dona-de-casa, pertence ao profissional liberal, pertence ao estudante, pertence à criança, pertence a todos, enfim, que estamos trabalhando duramente 67 para que, ao

longo desses próximos dias, completando o centésimo dia de Governo, possamos comemorar, definitivamente, a retomada do crescimento econômico com o fim definitivo do processo inflacionário.

Quero agradecer a participação decisiva de todos, pela confiança, pela solidariedade e pela determinação com que estão nos ajudando nesse período particularmente difícil da vida brasileira.

Deus está nos ajudando e haverá ainda de nos ajudar para superarmos as nossas dificuldades e ingressarmos num período de bem-estar social para todos os brasileiros. Parabéns aos Ministros de Estado, parabéns a Sra. Ministra da Economia, parabéns à agricultura brasileira, que hoje recebe, finalmente, os recursos de que necessitará para gerar a nossa riqueza a partir do campo. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, por ocasião da solenidade de liberação de recursos
para o crédito rural, no Palácio do Planalto, no dia 25 de
abril de 1990.*

Liberação de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES para a Indústria

Há cerca de quarenta dias, quando iniciávamos o Governo do Brasil Novo, baixamos uma série de atos e medidas que se consubstanciaram no Programa Econômico do nosso Governo.

O objetivo primeiro era claro, era nítido. O objetivo inicial era liquidar com a inflação. Essa primeira fase já foi superada. A inflação está, absolutamente, controlada. A inflação está liquidada. Naturalmente, temos que tomar alguns cuidados, e estar sempre muito atentos para que um processo, no futuro, não venha a colocar em risco a atividade econômica do País.

O segundo passo, depois de vencida a inflação, seria a retomada do crescimento econômico. Visando à retomada do crescimento econômico, tínhamos que abrir as torneiras para irrigar a economia. Mas irrigar de uma maneira tal que não fosse excessiva para não torná-la muito líquida, não ter muito dinheiro, e não houvesse uma reaceleração dos preços, nem, tampouco, fechá-las demais, a ponto de impedir que a atividade econômica funcionasse normalmente.

Nessa segunda fase, a fase da retomada do crescimento econômico, abrimos torneiras fundamentais. A primeira delas, para a construção civil. Cerca de 32 bilhões de cruzeiros foram liberados para que a construção civil pudesse retomar o seu nível de atividades. A segunda torneira foi para a indústria automobilística, de modo a que o estoque de carros, de automóveis, nos pátios das montadoras, pudesse ser dirigido para a sociedade, através dos consórcios, e assim ser retomada novamente a produção de veículos — o que já sabemos, conforme foi ontem anunciado, se dará a partir do próximo dia 2 de maio, com a volta ao trabalho de todos aqueles que estavam com licença remunerada, que estavam aguardando exatamente que as montadoras pudessem voltar a operar normalmente.

A terceira torneira aberta, fundamental também, porque atinge um setor da maior importância para a nossa economia, foi a da agricultura. Mais de 40 bilhões de cruzeiros foram, ontem, liberados para que o campo voltasse a produzir a alimentação necessária para saciar a fome de milhares e milhares de brasileiros. Associada à liberação dos recursos para o custeio da safra de inverno e a comercialização da safra de verão, liberamos também 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros para o Programa Nacional do Leite.

»Reativação dos investimentos na indústria de bens de capital. «

Hoje estamos abrindo mais uma torneira importante para a reativação da nossa economia, e exatamente no que tange aos investimentos na área de bens de capital. O BNDES, que é um instrumento importantíssimo na formulação da política de desenvolvimento do país, volta hoje, com a assinatura do ato pela Ministra da Economia, a financiar as indústrias de bens de capital. São recursos no montante de 2 bilhões de dólares, para que os investimentos sejam reativados nesta área, também muito importante para a economia brasileira, e para que possamos, de uma forma

harmônica com todos os outros setores, chegar, finalmente, ao nosso objetivo, que é o crescimento econômico.

A volta do crescimento econômico e a redução do déficit público, portanto, são agora as nossas preocupações fundamentais. Aberta esta última torneira decisiva e definitiva, nós teremos agora que voltar as nossas vistas também para o acompanhamento do nosso orçamento e do nosso déficit público. Eu tenho que dizer a todos os senhores e a todas as senhoras que o Governo está tomando as suas atitudes, está cumprindo com o papel que lhe cabe neste processo. O Governo está reduzindo a sua máquina. O Governo está reduzindo o seu tamanho, o tamanho do Estado. O Estado que é gigantesco, ineficiente, passará a ser, após a reforma administrativa, um Estado ágil e eficiente. A decisão de enxugamento do tamanho do Estado não é somente uma decisão de Governo. É uma obstinação do atual Governo de cumprir com o seu papel. Também, alicerçados no que foi aprovado pelo Congresso Nacional, vamos iniciar o processo de privatização das empresas estatais. Nós iremos fazer isso com prudência, com cuidado, porque não se trata, em nenhum momento, de se liquidar o patrimônio público. Não, absolutamente. Temos que valorizar o patrimônio público, e não estamos colocando à disposição do público coisas que não nos mereçam a importância devida — como nos merece, no caso, o patrimônio de todo o povo brasileiro.

Dentro deste processo de privatização, que será feito da forma mais transparente, mais nítida possível, como uma exigência deste Governo e da sociedade como um todo, serão chamados a participar os sindicatos e os trabalhadores, serão chamados a participar todos aqueles que queiram, de uma forma patriótica, de uma forma responsável, participar desta nova fase que se inicia para o Brasil, a partir da posse do novo Governo.

Quero me congratular com todos os meus Ministros de Estado e os meus Secretários de Governo pela atuação excepcional que vêm tendo no desempenhar das suas funções. E quero, mais uma vez, agradecer a todos vocês, a toda a sociedade brasileira, pelo apoio, pela solidariedade, pela colaboração que vêm demonstrando em torno do nosso programa econômico que, repito, não é deste Governo, não é de um grupo de pessoas, nem de nenhum partido. Esse programa de governo pertence ao povo brasileiro, que mantém acesa a chama da esperança de que haveremos, finalmente, de construir um Brasil digno, um Brasil honrado e um Brasil que mereça o nosso respeito.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, por ocasião da solenidade de liberação de recursos
do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
— BNDES para a indústria, no Palácio do Planalto, no dia
26 de abril de 1990.*

Audiência com Pastores e Parlamentares Batistas

Eu quero agradecer a oportunidade que me foi dada, pelo Deputado Arolde de Oliveira, de encontrar-me com todos os senhores nesta tarde.

Todos os senhores sabem que a tarefa que nos cabe nesse momento particularmente difícil da vida nacional é árdua, é difícil, é espinhosa, mas, ao mesmo tempo, muito gratificante. No decorrer de toda a campanha eleitoral, e mesmo antes disso, quer como prefeito, quer como governador, sobretudo nessa fase final de governo do Estado de Alagoas, eu dizia que a reconstrução nacional teria que passar, necessária e obrigatoriamente, pela reconstrução moral do País. Não havia nenhuma possibilidade de nós resolvermos as questões sociais e econômicas sem que fizéssemos antes uma reavaliação profunda de métodos pouco éticos e de um comportamento que conflitava com os princípios morais da Cristandade. E é exatamente isso que estamos fazendo.

Hoje, 40 dias após a posse do novo Governo, estamos vivendo momentos diferentes. Nos pequenos exemplos que já encontramos, há a ressonância dessa afirmação. Há uma consciência de cidadania, há uma consciência de respeito à autoridade, há uma consciência de respeito às nossas instituições, há uma consciência de respeito aos nossos símbolos, à nossa Bandeira, uma consciência de respeito e de fé em Deus.

Os exemplos são vários e nós estaremos sempre buscando para que eles se tornem uma prática do dia-a-dia do cidadão brasileiro.

Alguma coisa já foi feita. Muitas outras deverão ser realizadas. Mas tudo isso somente poderá ser concretizado e chegar a bom termo se nós, em nenhum momento, estivermos afastados de Deus e da fé que nos alimenta.

Eu quero que todos os senhores saibam de um pequeno detalhe: que toda essa nossa trajetória só foi possível de ser realizada e chegar a bom termo pela fé inabalável que me movimenta. Sem isso, eu não teria presumido ser possível um governador de um Estado pequeno e sofrido, mas bravo Estado como o de Alagoas, chegar à Presidência da República e promover as reformas que todos nós sabemos serem necessárias.

«Nós temos em comum a fé no nosso País.»

É esta fé que eu carrego comigo e da qual eu não me afasto e nem me afastarei em nenhum momento sequer. É desta fé que eu me alimento e é esta fé que haverá de levar, sem dúvida alguma, esse País a seu verdadeiro destino.

Eu me sinto particularmente, Pastor Fanini, senhores pastores, meu companheiro Deputado Fausto Rocha, Deputado Arolde de Oliveira, Deputado Enock, eu me sinto, particularmente, homenageado com a visita que os senhores me fazem. Eu, como Governador de Alagoas, recebia, amiúde, a visita do Pastor O'Neal que, trazendo uma Bíblia que sempre o acompanha, rezava pelo nosso Governo, rezava pelo nosso povo, em diversas oportunidades, lá naquele pequeno gabinete. E eu sempre pedia ao Pastor O'Neal que ele orasse, que ele nos ajudasse com as suas orações e com as suas preces, para que nós pudéssemos também superar as dificuldades que vivenciávamos naquele instante, quando à frente do Governo do Estado de Alagoas.

De modo que eu me sinto muito bem ao lado dos senhores. Nós temos em comum a fé em Deus, nós temos em comum a fé no nosso País, nós temos em comum o

desejo de lutar para fazermos o melhor pelo nosso povo tão sofrido, tão marginalizado, tão sedento de justiça.

Eu costumava dizer nos meus comícios que eu estava ali não em nome daqueles que têm sede de poder, mas em nome daqueles que têm sede de justiça. E é o que eu desejo fazer como Presidente da República. Justiça! Justiça para o povo brasileiro. Justiça para todos aqueles que não foram, em nenhum instante, beneficiados pelo processo do nosso desenvolvimento.

Agradeço a visita dos senhores pastores, agradeço a presença aqui do Pastor Nilson Fanini, que conheço também há vários anos — e conheci o Pastor Fanini por intermédio do Pastor O'Neal e do nosso amigo José Barbosa, que hoje ainda, avisado de que os senhores estariam aqui, pediu-me que transmitisse o seu abraço ao Pastor O'Neal e ao Pastor Fanini. Enfim, esses momentos dessas visitas dos senhores sempre me trazem muita alegria e muita satisfação e recarregam as minhas baterias de fé e de entusiasmo nesse projeto que hoje irmana todos os brasileiros responsáveis que desejam ver um País reconstruído em cima dos alicerces morais e da cristandade.

Muito obrigado, Pastor Fanini.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, durante a audiência concedida a
pastores e parlamentares batistas, no Palácio do
Planalto, no dia 26 abril de 1990.*

Cooperação do Governo Federal, na Área de Saúde, com o Governo do Distrito Federal

A saúde do Brasil está, absolutamente, enferma. O retrato que nós temos do Distrito Federal, nessa área, nesse setor, não difere muito do que nós encontramos em cada um dos Estados brasileiros.

Não se trata, nesse instante, de buscar os culpados, de buscar aqueles que legaram a este Governo um estado de coisas inadmissíveis, sobretudo numa área tão importante e crucial, para o respeito à cidadania, como é a área da saúde. Cabe-nos enfrentar os problemas. E, ao enfrentar os problemas, cabe a todos nós, com a participação que nos é devida, solucioná-los.

O Governo Federal ouviu o grito de dor da população do Distrito Federal. Esse grito de dor me foi trazido pelo Excelentíssimo Senhor Governador, acompanhado de parlamentares do Distrito Federal, que manifestavam, ao Presidente da República, uma preocupação e, ao mesmo tempo, traziam uma solicitação para a liberação de recursos emergenciais, no sentido de minorar, diminuir um pouco, nessa primeira fase, o sofrimento da população.

Imediatamente, acionei o Ministro de Estado da Saúde que, no último domingo, reuniu-se com o Governador e sua equipe, para tentar encontrar modos e maneiras de liberar esses recursos. Paralelamente a essa liberação, serão exigidas ações efetivas, tanto por parte do Governo do Distrito Federal como por parte dos profissionais de saúde. A responsabilidade é de todos nós em conjunto. E cabe a cada um de nós fazer a sua parte. O Governo Federal está fazendo a sua, com a assinatura desses atos. Tenho certeza de que o Governo do Distrito Federal, adaptando-se às novas normas implantadas pelo meu Governo, saberá tornar o serviço eficiente com a redução de custos e de gastos, fazendo com que o setor de saúde aja com mais eficiência.

Aos profissionais médicos e paramédicos do Distrito Federal caberá o reconhecimento desta atitude, e também a participação decisiva para que não seja mais permitido o que ontem ocorreu em Planaltina, quando uma criança, com um ano de idade, sofrendo de pneumonia, deixou de ser atendida e veio a falecer algumas horas depois. Nós estamos tratando de vidas humanas. Questões outras são sempre menores, diante de salvar uma vida humana, sobretudo de uma criança inocente, filha ou filho de um humilde vigia, com um ano de idade.

»A luta é para salvar vidas. «

Quero fazer uma conclamação, para que todos nós estejamos juntos nesta luta. A luta é para salvar vidas. A luta é para respeitar a cidadania, o direito que o cidadão tem de ser atendido, e o dever do Estado, a partir da Presidência da República, está sendo, de agora em diante, cumprido. É necessário que deixemos, talvez, um pouco de lado essas questões partidárias, essas questões menores, para analisarmos a saúde dentro do único prisma possível: o prisma cristão e humanitário.

Cerca de setecentos milhões de cruzeiros estão sendo hoje liberados para o Governo do Distrito Federal. Outros convênios com o Governo Federal para o melhoramento da capacitação profissional também estão sendo assinados. E eu espero, senhor Governador do Distrito Federal, senhor Secretário, senhores parlamentares,

minhas senhoras e meus senhores, que este ato tenha um reflexo imediato no atendimento à população mais carente de Brasília.

Tenho certeza de que haveremos de contar com a colaboração de todos os envolvidos neste processo, para que possamos, despidos de quaisquer outros interesses que não sejam exatamente o de atender à população, resolver, finalmente, o problema da saúde aqui no nosso Distrito Federal.

Quero me congratular com o Ministro da Saúde pela providência rápida que tomou, a partir do momento em que lhe solicitei solução para esta questão. Parabenizo a equipe do Ministério da Saúde, parabenizo, também, o Governador do Distrito Federal, que veio em busca desse auxílio, trazendo, junto com o seu Secretário de Saúde, um diagnóstico correto da situação desse setor, na nossa capital, e também o ex-Governador Joaquim Roriz, que se empenhou, junto ao Presidente da República, para que essa liberação ocorresse dentro do prazo mais curto possível, como hoje está sendo feito, na presença de todos os parlamentares que representam o Distrito Federal no Congresso Nacional e que, também, com esse mesmo sentimento de responsabilidade de que estamos imbuídos, participaram decisivamente para que pudéssemos assinar este convênio que, eu não tenho nenhuma dúvida, haverá de resolver e de sanar os problemas de saúde no Distrito Federal.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, por ocasião da solenidade de
assinatura de convênio de cooperação na área de
saúde do Governo federal com o Governo do Distrito
Federal, no Palácio do Planalto, no dia 27 de abril de
1990.*